



**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História**

A atuação do Movimento Estudantil na UnB durante a distensão política da ditadura militar (1974-1985)

Amanda Maria Abreu de Moura

BRASÍLIA

2021



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

Amanda Maria Abreu de Moura

A atuação do Movimento Estudantil na UnB durante a distensão política da ditadura militar (1974-1985)

Trabalho de Conclusão de Curso 2 apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília pela aluna Amanda Maria Abreu Moura, Mat. 14/0128964, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado/bacharel em História.
Orientadora: Profa. Dra. Léa M. Carrer Iamashita

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Léa Maria Carrer Iamashita
Orientadora
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Ione de Fátima Oliveira
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Jonas Wilson Pegoraro
Universidade de Brasília

Dedico este trabalho à minha família, que sempre me incentivou a concluir cada etapa da minha formação.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Deus e aos meus pais, Jane e Romeu, que acreditaram em mim e sempre incentivaram a dedicação aos estudos.

À minha orientadora Léa Maria Carrer Iamashita, a quem eu tenho orgulho de chamar professora, que em um dos momentos mais difíceis de minha graduação, quando a insegurança e o sentimento de desistência estavam fortemente presentes, tive a oportunidade de cursar sua disciplina de História do Brasil 3 e ver todas as perspectivas negativas se dissiparem ao final do curso. Aquele semestre mudou os rumos da minha graduação. Ao final do curso, pude agradecer à professora, e o faço novamente, pelos ensinamentos e pelo direcionamento em busca de cidadania para mim e para aqueles que futuramente desejo também ensinar. Ainda agradeço o acompanhamento durante todo o desenvolvimento deste trabalho e cada incentivo em busca da melhor versão.

À minha família que sempre esteve presente e me apoiou durante cada etapa da graduação.

Agradeço ao Departamento de História da Universidade de Brasília e aos professores e estudantes que dele fazem parte, por todas as trocas que me possibilitaram amadurecer como estudante e profissional.

À Universidade de Brasília que não só possibilitou minha formação intelectual e profissional, como também foi objeto da pesquisa aqui desenvolvida.

Por fim, agradeço a todos aqueles que de forma direta ou indiretamente participaram do desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

Neste trabalho, investigamos o papel político do Movimento Estudantil da UnB atuante no período da Distensão Política da Ditadura Militar de 1964, sua participação na luta pela redemocratização e a sua contribuição para a história da Universidade de Brasília. Procuramos evidenciar a resistência daquele movimento frente aos aparatos repressivos da ditadura, operantes mesmo na fase da Abertura, e evidenciar as principais demandas dos estudantes no período estudado. Orientados teoricamente pelas noções da Nova História Política, debruçamo-nos sobre a documentação de pesquisa, constituída principalmente dos jornais estudantis contidos no acervo PROMEMEU –do Arquivo Central da UnB, e no Fundo ASI-UnB – do Arquivo Nacional.

Palavras-chave: Universidade de Brasília, Ditadura, Movimento Estudantil

ABSTRACT

In this paper, we investigate the political role of the University of Brasília Student Movement, active in the period of the Political Distension of the Military Dictatorship of 1964, its participation in the struggle for redemocratization and its contribution to the history of the UnB. We seek to demonstrate the resistance of the movement against the repressive apparatus of the dictatorship, operating even in the opening phase, and highlight the main demands of students in the period studied. Theoretically guided by the notions of the New Political History, we focused on research documents, mainly the result of student newspapers contained in the PROMEMEU collection of the University of Brasília Archive and in the ASI-UnB Fund of the National Archive.

Key words: University of Brasília, Dictatorship, Student Movement

SUMÁRIO

Introdução	08
Capítulo 1: A Universidade de Brasília e os anos da distensão política	12
1.1 A universidade que nasceu como símbolo de contestação política e de inovação	12
1.2 – CIEM: a politização estudantil em Brasília, ainda no Ensino Médio	14
1.3 – O Golpe de 64 e a repressão sobre a universidade	16
1.4 – A Reforma Universitária implementada pelo Regime Militar	18
1.5 – A distensão política anunciada pela Ditadura Militar	22
1.6 – Os movimentos sociais na década de 1980	26
Capítulo 2: Atuação política e imprensa estudantil na UnB, durante a Distensão	30
3.1 – O esforço para manter a atividade de imprensa	38
3.2 – A representação estudantil	40
3.3 – A elitização do ensino superior e o jubilamento	44
3.4 – A falta de professores e a falta de autonomia dos docentes	49
3.5 – As questões política e econômica do país	51
3.6 – A indignação acerca da recondução de Azevedo	54
Considerações finais	57
Fontes	59
Bibliografia	61

SIGLAS

ACE UnB	Arquivo Central da Universidade de Brasília
ASI	Assessoria de Segurança e Informação/Órgão da Ditadura Militar
CATMV	Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília.
CPC	Centro Popular de Cultura
CIEM	Centro Integrado do Ensino Médio (Colégio de Brasília)
D.A.	Diretório Acadêmico
D.C.E.	Diretório Central de Estudantes
DSI/MEC	Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação.
D.U.	Diretório Universitário
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GTRU	Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
M.E.	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PROMEMEU	Projeto Memória do Movimento Estudantil, integra o Acervo do Arquivo Central da Universidade de Brasília
R.U.	Restaurante Universitário
SIDOCALH	Sistema de Informação Documentação e Arquivo do Centro Acadêmico de História
SISNI	Sistema Nacional de informação
UEEs	União Estadual dos Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes

Introdução

Durante o curso "Pesquisa Histórica sobre o Movimento Estudantil na Universidade de Brasília", oferecido pela professora Léa Iamashita, do Departamento de História da UnB, em 2019, obtivemos acesso ao Arquivo Central da UnB e lá nos debruçamos sobre documentos produzidos por estudantes da universidade, durante o período da Ditadura de 1964 a 1985.¹

Essa documentação começou a ser produzida e organizada pelos estudantes do curso de História da UnB, no 1º semestre de 1986, com a criação do SIDOCAH – Sistema de Informação Documentação e Arquivo do Centro Acadêmico de História. O SIDOCAH tinha como objetivo geral a organização sistemática dos documentos acerca do movimento estudantil da universidade e a divulgação da memória do movimento.

Na década de 1990, a professora do Departamento de História, Dra. Geralda Dias, iniciou a atividade de recolhimento da documentação referente às atividades estudantis de outros cursos da universidade e, posteriormente, toda essa documentação, inclusive aquela produzida na etapa de trabalho do SIDOCAH foi recolhida, organizada arquivisticamente com o nome de **PROMEMEUE** – Projeto Memória do Movimento Estudantil, e abrigada no Arquivo Central da Universidade de Brasília.

Os documentos coletados estão organizados em 141 caixas, todas arquivadas no Arquivo da UnB, sendo das mais diversas naturezas, desde arquivos confidenciais a publicações em formato jornalístico, particularmente de jornais estudantis. Serão estes últimos as fontes que privilegiaremos neste trabalho.

Hoje, a Universidade de Brasília compõe o quadro das instituições de ensino superior mais relevantes do país. Sua concepção no início da década de 1960 se deu sob os anseios por uma universidade pioneira, que viesse a mudar os rumos das universidades do Brasil, inovando o ensino e a pesquisa a partir de um caráter crítico e social. Obteve sucesso ao concretizar tais objetivos, mas não sem grandes dificuldades, considerando que logo após sua criação teve que enfrentar os desafios de viver sob uma ditadura.

Diante destes aspectos, bem como da relevância e contribuição da Universidade de Brasília para o Brasil, buscamos compreender mais a fundo a história da instituição.

¹ Utilizamos o conceito de Ditadura como um regime político oposto à democracia quando analisada a relação entre os poderes executivos e legislativos de um Estado. Empregamos o termo também como um posicionamento interpretativo sobre as características do período no intuito de demarcar o viés utilizado para tratar de temática ainda sensível para a sociedade atual.

Outros trabalhos já foram feitos com o mesmo objetivo, contudo a partir de ângulos diferentes do qual empregamos aqui.

Neste trabalho, procuramos investigar o papel político do Movimento Estudantil da UnB atuante no período da Abertura Política da ditadura Militar de 1964,² sua participação na luta pela redemocratização do país e a sua contribuição para a história da Universidade de Brasília. Procuramos evidenciar também a atuação daquele como movimento de resistência frente aos aparatos repressivos da ditadura e evidenciar as principais demandas dos estudantes no período estudado.

Nosso suporte documental, consistiu do acervo PROMEMEU, abrigado no Arquivo Público da UnB, e outros documentos como leis, publicações oficiais e imprensa tradicional presentes na Hemeroteca Digital Brasileira e no Arquivo Nacional. Nestes dois últimos, os documentos encontravam-se catalogados e digitalizados, com acesso online. No caso dos documentos localizados no arquivo da UnB, que não estão digitalizados, a pesquisa foi presencial.

Por fim, é importante ressaltar que, diante da grande diversidade de documentação que constitui o acervo PROMEMEU, selecionamos somente as publicações estudantis que seguiram o modelo de periódicos, ainda que alguns exemplares tenham sido editados uma única vez.

Para compreender o posicionamento político dos estudantes nos anos iniciais da distensão, foi preciso buscar por maior número de suas publicações nos arquivos do SISNI/ASI/UnB.³ Para os anos finais conseguimos levantar robusta documentação nos arquivos do PROMEMEU. Isto evidencia a atuação da censura, mais intensiva nos anos iniciais da distensão, onde os vestígios da ação estudantil são encontrados em arquivos dos órgãos de segurança do regime militar e não nos ambientes de pertencimento dos estudantes. Já nos anos finais, encontramos documentação elaborada pelos próprios estudantes, uma vez que, em fase mais adiantada da distensão, conseguiram produzi-la e não ter o material apreendido.

A metodologia do trabalho se organizou nas seguintes etapas: pesquisa e seleção dos documentos a serem trabalhados, sua análise crítica e encadeamento das ideias do conjunto documental, em contraponto às fontes secundárias. Buscamos interpretar as ideias e informações que circularam entre os estudantes da UnB por intermédio da

² Período de transição da ditadura no Brasil (1974-1985) para a democracia, anunciada pelo governo militar como fase de distensão do controle, censura e repressão do regime.

³ ASI – Assessoria de Segurança e Informação. Responsável por monitorar os órgãos da administração indireta, autarquias e universidades. Fazia parte da rede de informações de monitoramento da administração pública e da sociedade em geral, denominada Sistema Nacional de Informação - SISNI.

linguagem jornalística, que tem sua dinâmica própria, que abarca textos argumentativos, informativos e também charges.

A análise dos documentos articulados à historiografia seguirá as orientações teóricas da Nova História Política, consolidada na década de 1980 e que legitimou o retorno do âmbito político às pesquisas acadêmicas, uma vez que este havia sido desvalorizado nas décadas de 1950-60 com as críticas da história social.

Desde então, a dimensão do político tem se mostrado privilegiada por se articular com o todo social, ou, com as dimensões da cultura, do social e da economia. Também porque, na perspectiva renovada, a história política tem buscado na longa duração a história das formações políticas e das ideologias, ou seja, das culturas políticas, integrando a variedade de atores da vida social.⁴

Buscamos nas obras de Francisco Carlos Teixeira, "Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil";⁵ de Roberto Salmeron, **A universidade interrompida**;⁶ de José Roberto Martins Filho, "O movimento estudantil nos anos 1960";⁷ e de Antonio Ramaiana Ribeiro, ex-aluno da UnB que integrou seu movimento estudantil, **UnB 1977: o início do fim**;⁸ o embasamento historiográfico para o trabalho. Esses estudos abordam as dificuldades e as contradições da fase ditatorial da Abertura Política e a tensão da resistência estudantil ao ousar pressionar o regime no campo minado da vigilância e da repressão que ainda vigoravam.

O trabalho foi organizado em três capítulos. No primeiro, abordamos a criação da Universidade de Brasília como símbolo de contestação política ao Brasil tradicional, que insistia em acanhados projetos de modernização sem ousar tocar na desigualdade estrutural do país. Nesse sentido, a UnB foi pensada para uma educação crítica, científica, que questionasse a situação do país e buscasse soluções para o desenvolvimento nacional. A politização estudantil era tão valorizada que era buscada mesmo antes da entrada na universidade, como atestam o projeto do Centro Integrado do Ensino Médio (CIEM), visto a seguir.

⁴ René Rémond (org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 1ª ed. Francesa: 1988.

⁵ Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. V.4. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, V. 4., p. 243–282.

⁶ **A universidade interrompida**: Brasília: 1964-1965. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

⁷ O movimento estudantil nos anos 1960. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 183-198.

⁸ **UnB 1977: O início do fim**. Brasília: Paralelo 15, 2019.

No segundo capítulo, tratamos mais especificamente do contexto da distensão política (1974-85) e dos movimentos sociais que naquele momento emergiram, procurando caracterizar a tensão de parte a parte, regime militar e sociedade, particularmente os estudantes, entre avanços, recuos e estratégias no processo de redemocratização.

No último e terceiro capítulo, nos detivemos mais na atuação dos estudantes da Universidade de Brasília durante os anos da distensão, analisando sobretudo a produção da sua imprensa estudantil.

Capítulo 1: A Universidade de Brasília e os anos da distensão política

Na década de 1960 eclodiram agitações sociais de diferentes categorias e em diversos locais do mundo, configurando-se como um tempo ápice de movimentos contestadores das ordens política, econômica, social e cultural vigentes.

Também no Brasil surgiram diferentes grupos contestadores inseridos nos movimentos de contracultura e que fomentaram o quadro de politização da sociedade brasileira. Uma forte cultura nacional popular nos anos 1950 já vinha defendendo o engajamento político e a justiça social, demandando mudanças do quadro histórico de intensa desigualdade social no país. Na década de 1960, as mudanças estruturais na sociedade brasileira foram enquadradas na forma da demanda por "reformas de base".⁹

Neste quadro, muito se destacaram os estudantes, que inclusive experimentaram a influência da crescente classe operária urbana, fruto do processo acelerado de urbanização e industrialização, e das ligas e sindicatos camponeses, que emergiram no cenário político, desde os meados dos anos 1950.

No início dos anos 1960, o movimento estudantil se encontrava estruturado e combativo, demandando aumento de vagas no ensino superior e reforma universitária. Vários movimentos culturais/educacionais como o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, o Movimento de Cultura Popular do Recife, mobilizações em torno da educação, como as campanhas por alfabetização de Paulo Freire, a criação do Movimento de Educação de Base, apoiado pela Igreja Católica, ganharam espaço na sociedade brasileira.¹⁰

1.1 A universidade que nasceu como símbolo de contestação política e de inovação

Inaugurada em 1962, podemos afirmar que a Universidade de Brasília já surgiu como símbolo de contestação política, pois foi concebida no bojo desta intensa politização que espraiava-se pela tecido social.

⁹ Compreendia a demanda por um conjunto de reforma: a reforma agrária (criar numerosa classe de pequenos proprietários no campo); a reforma urbana (regular o planejamento das cidades); a reforma bancária (criar sistema voltado para as prioridades nacionais); a reforma tributária (ênfase na arrecadação de impostos diretos (IR progressivo)); a reforma eleitoral (liberando voto para analfabetos); a reforma do estatuto do capital estrangeiro; a reforma universitária.

¹⁰ Marcos Napolitano. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. 1. ed., São Paulo: Contexto, 2019; e Marcelo Ridenti. 1968: rebeliões e utopias. In: REIS FILHO, Daniel A. e Ferreira J. e ZENHA, Celeste (orgs.). **O século XX, o tempo das dúvidas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, V. 3, p. 133-159.

A organização universitária que vigorava no início dos anos 1960 ainda era proveniente da reforma do ensino superior brasileiro na década de 1930, que ocorrera sob a gestão do Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos. Acreditava-se que aquela configuração não atendia mais às demandas do país.

Aspecto de muita crítica era o "sistema de cátedras", segundo o qual se organizavam as universidades do país. Tal sistema consistia na ocupação de "cadeiras profissionais" por professores de prestígio, que comandavam determinadas áreas do saber, estabelecendo os programas de ensino e escolhendo pessoalmente seus assistentes, professores e pesquisadores. Esse quadro conferia à pesquisa científica um caráter personalista, o que comprometia a produção de conhecimento e a circulação de ideias.¹¹

Intelectual atuante no nível federal, nos governos de Juscelino Kubitschek e de João Goulart,¹² Darcy Ribeiro trabalhou com Anísio Teixeira no projeto de um "novo" modelo de universidade para o Brasil, sem o sistema de cátedras, que obstaculizava a pesquisa científica em muitos momentos, ou mesmo impedia o avanço desta.

Darcy defendia a criação de uma universidade nova, inteiramente planejada, que se estruturasse em bases mais flexíveis e abrisse perspectivas de pronta renovação do ensino superior brasileiro.¹³ Ao contrário dos grupos liberais e de posicionamento a esquerda, o intelectual defendia uma universidade crítica e popular, voltada para pensar as questões sociais do país. Diante deste quadro, Darcy e Anísio Teixeira conceberam a criação da UnB como projeto modelo de universidade para o país.

¹¹ Segundo Motta, outras questões discutidas em relação à estruturação das universidades eram: como deveria se dar a formação das universidades a partir da junção de faculdades autônomas que já existiam? Como se faria a distribuição orçamentária desvinculada entre as faculdades de uma mesma universidade? Rodrigo Patto Sá Motta. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹² Ao vencer as eleições presidenciais em outubro de 1955, JK convidou Darcy Ribeiro para colaborar na elaboração das diretrizes para o setor educacional de seu governo, quando este trabalhou com o pedagogo Anísio Teixeira. Nessa época, deixou a direção da seção de estudos do Serviço de Proteção ao Índio e passou a integrar o corpo docente da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Designado por Anísio Teixeira, passou a dirigir em 1957 a divisão de estudos sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), vinculado ao MEC. Em 1959, por decreto presidencial, Darcy foi encarregado de planejar a montagem da Universidade de Brasília (UnB). Em 1961, com a inauguração da UnB, foi nomeado seu primeiro reitor. Darcy foi Ministro da Educação durante Regime Parlamentarista do Governo João Goulart (18/9/1962 a 24/01/1963) e Chefe da Casa Civil entre 18 de junho de 1963 e 31 de março de 1964. Verbete CPDOC, - "Darcy Ribeiro". In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

¹³ Darcy Ribeiro. (org.). **Universidade de Brasília: projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. p. 15.

O projeto era inovador porque acabava com o sistema de cátedras, criava institutos de ciências que servissem de base às faculdades, tornava a instituição superior mais racional em termos de custos e liberava a produção do conhecimento, a circulação de ideias, a produção de pesquisa e, organizada como uma Fundação, propiciava mais liberdade em relação à burocracia estatal.

Sob tais aspirações, a UnB foi projetada a partir de um modelo de sistema duplo e integrado, com institutos especializados em cursos de formação comum, os quais os alunos dedicar-se-iam no início da graduação e, após o tempo estabelecido, prosseguiriam para as faculdades específicas de formação de carreiras profissionais ou como pesquisadores. Essa nova estrutura viria a possibilitar melhor alocação de recursos, proporcionar aos estudantes maior flexibilidade em sua escolha profissional e viabilizar uma integração mais completa entre os diferentes setores do saber.¹⁴

Assim, a moderna Universidade de Brasília instituída no Governo João Goulart pela Lei n. 3.998, de 15/12/1961, iniciou suas atividades em 9 de abril de 1962, em salas cedidas como empréstimo do MEC, pois as estruturas físicas da universidade ainda não estavam prontas. As concepções e as perspectivas que a fundamentaram ficaram enfatizadas pelo próprio Darcy Ribeiro: comunicação entre os saberes, articulação entre pesquisa, ensino e tecnologia, adaptabilidade de currículos e flexibilidade de cursos oferecidos, além da renovação da estrutura universitária.¹⁵

Além de atender à demanda pela reforma universitária, ainda no Governo Goulart, as vagas universitárias foram aumentadas em todo o Brasil, e passaram de cerca de 100 mil em 1960, para 140 mil em 1964. Esse aumento de universitários certamente contribuiu para as expressivas articulações estudantis durante as negociações relacionadas à reforma universitária ocorrida posteriormente, no período ditatorial.¹⁶

1.2 – CIEM: a politização estudantil em Brasília, ainda no Ensino Secundário

A alvorada das atividades estudantis em Brasília desenrolou-se ainda no ambiente secundarista, por meio do Centro Integrado do Ensino Médio (CIEM). Este foi um projeto de experiência educacional ligado à UnB durante os anos iniciais da universidade, com diversos de seus estudantes secundaristas integrando o quadro discente da Universidade de Brasília posteriormente.¹⁷

¹⁴ Darcy Ribeiro, *op cit.*

¹⁵ *idem.*

¹⁶ Motta. **As universidades e o regime militar....** p. 249.

O CIEM surgiu a partir de uma iniciativa de Darcy Ribeiro, José Aloísio Aragão, Lauro de Oliveira Lima e Anísio Teixeira. A instituição foi moldada para inovar a educação secundária e vinculá-la à projetos da universidade, principalmente da Faculdade de Educação. A concepção principal do colégio, que foi aberto em 1964, era capacitar os alunos secundaristas, fundamentos em espírito crítico e social, que viriam a compor o quadro discente da universidade.

Assim, almejando a integração ao ensino superior, o colégio desenvolveu concepções de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, vindo a ser um importante instrumento de exercício da democracia. A experiência fundamentou as demandas do futuro estudante da UnB, Aylê-Salassié Quintão, o qual concebeu um jornal para divulgação de ideias tanto no âmbito do CIEM quanto da universidade.¹⁸

Era início de 1964 e ainda não havia sido dado o golpe militar ao governo democrático do Presidente João Goulart. Naquele ano, o estudante Aylê-Salassié Quintão criou um jornal, denominado *CIEM-te*, passando para os alunos informações acerca de fatos ocorridos no CIEM e na UnB, além de diversos assuntos educacionais e políticos, transformando-se em um instrumento importante para aqueles que desejavam ler e escrever crônicas, poesias, cinema, música e principalmente política.¹⁹

Os estudantes do CIEM estabeleciam contatos frequentes com os estudantes da UnB, principalmente por intermédio da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB). Desse modo, o contato dos secundaristas com um contexto de práticas políticas, como votações em grêmios, convocações para assembleias gerais, debates estudantis, entre outros, fundamentaram as concepções dos primeiros estudantes da UnB e, conseqüentemente, dos primeiros componentes do movimento estudantil dela.

Portanto observamos naquele tempo a formação de uma vanguarda estudantil com grandes expectativas por uma educação vincada a valores específicos como igualdade, pensamento crítico e liberdade. No entanto, a partir do golpe de 1964, essa vanguarda defrontou-se com hostilidade a esses mesmos valores, muitas vezes, considerados subversivos, "de esquerda" obviamente, mas que diante do novo regime eram tomados todas como comunistas, desordeiras, significando concepções a serem combatidas.

¹⁷ À época, o "colegial" correspondia ao atual Ensino Médio. E o ensino secundarista compreendia o ensino "ginasial" (atual ensino fundamental II).

¹⁸ BRASIL. **Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília**. 2. ed. Brasília: FAC-UnB, 2016.

¹⁹ *Idem*, p. 40.

Podemos concluir que o projeto CIEM de fato surtiu efeito no desenvolvimento de pensamento crítico e de politização estudantil, pois seus estudantes, ainda como secundaristas, protagonizaram eventos de atuação política dentro e fora do CIEM. Honestino Guimarães, por exemplo, foi aluno do colégio, selecionado na turma de 1964, ingressou no curso de geologia da UnB em 1º lugar geral no respectivo vestibular, e foi líder de destaque no movimento estudantil da UnB durante a ditadura de 64.²⁰

Os contatos dos alunos do CIEM com a Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB), através do seu então presidente, Tadeu Gama, eram frequentes.

Vários grupos políticos se formavam. Entre eles, a Ação Popular, o Partido Comunista, a Política Operária, o Partido Comunista do Brasil. Nessa época, Cláudio Almeida já se identificava com o grupo denominado Ação Popular (AP), promovendo muitas reuniões, distribuindo documentos e convocando os alunos para participarem das Assembleias Gerais no CIEM e também na UnB. Foi Cláudio Almeida que se aproximou de Honestino no sentido de levá-lo para a AP, visto que o mesmo já se destacava nos debates estudantis, sempre apresentando teses avançadas.

O grupo de esquerda cristã "Ação Popular" (AP), criado em 1962, acabou por ser a organização dominante no movimento estudantil de Brasília. O grupo fez forte contestação política durante a ditadura, particularmente em 1967, e entre seus representantes se destacaram os estudantes Honestino Guimarães, Luís Travassos e Catarina Melloni. Teve também como líder o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) entre os anos de 1961 e 1962, a saber, Aldo Arantes.

1.3 O Golpe de 64 e a repressão sobre a universidade

Sabemos que a primeira providência do Regime Militar após o Golpe de 1964 foi a "operação limpeza", ou seja, a eliminação do perigo da "esquerdização" diante da intensa politização social que tomou vulto no Brasil nos anos de 1963 e início de 64. Essa operação traduziu-se na intervenção de sindicatos, repressão a partidos de esquerda, cassação de mandatos políticos, aposentadorias forçadas, demissão, exílio e prisão de elementos que demandavam aprofundamento de mudanças sociais ou mudanças revolucionárias.

²⁰ CATMV. p. 45.

A repressão desencadeada com o golpe também se estendeu às universidades brasileiras que, como membros do corpo social, exercem função na sociedade e impactam o todo social. Os militares reconheciam este aspecto e preocupavam-se com a influência do meio acadêmico no sentido de uma contrarrevolução. A perspectiva da universidade como lugar suscetível à penetração de ideologias consideradas subversivas era forte no meio militar.²¹

No mesmo dia do golpe (31/03/1964), o prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi depredado, incendiado e destruído. O meio estudantil passou a ser alvo das ações do aparato militar e dos organismos legalistas. Quase todas as entidades estudantis sofreram intervenções. Inquéritos Policiais Militares (IPMs) foram criados pelo AI de abril de 64,²² instaurados com o objetivo de controlar o meio estudantil e a universidade.

A Universidade de Brasília recebeu especial atenção por parte dos militares, tendo sido o centro de muitos episódios de interferência e controle. Apenas 9 dias após o golpe, a UnB sofreu sua primeira invasão, acompanhada da prisão indiscriminada de professores e alunos considerados "subversivos"; o reitor, o vice-reitor e o conselho diretor foram demitidos, professores e estudantes foram presos.²³

Para extirpar a subversão estudantil no meio universitário, o novo governo publicou a Lei Suplicy de Lacerda (Lei n. 4.464/1964),²⁴ que proibiu as atividades políticas estudantis, colocou na ilegalidade a UNE e as União Estadual dos Estudantes (UEEs), que passaram a atuar na clandestinidade. Todas as instâncias da representação estudantil, a partir de então, ficaram submetidas ao MEC, com caráter de assessoramento do mesmo.

Ou seja, essa lei afirmava dar continuidade à representação estudantil universitária, porém de forma subordinada às autoridades superiores. Estabelecia que haveria eleição para as diretorias acadêmicas (D.A.s), para o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), diretorias estaduais e nacional. Porém, vedava-se aos órgãos de

²¹ Maria Cecília Pedreira de Almeida. Baderneiros”, “indisciplinados”, “subversivos”: reflexões sobre a universidade como campo. In: MARI, Marcelo; ROSSINETTI, Priscila (orgs). **Ditadura, modernização conservadora e universidade: debates sobre um projeto de país**. Coleção Síntese; v. 1. Goiânia: Editora UFG, 2015.

²² O primeiro Ato Institucional do regime militar foi publicado em 09 de abril de 1964, com proposições que concediam ao comando revolucionário poderes de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos, decidir sobre demissão ou aposentadoria daqueles que compreendessem perigosos para a segurança do país. Dentre os atingidos, estava Darcy Ribeiro. Verbete CPDOC **Dicionário Histórico...** Atos Institucionais. *Op. cit.*

²³ Roberto A. Salmeron. **A universidade interrompida**. p. 174.

²⁴ Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências.

representação estudantil “qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”, ou seja, não poderia haver greves.

Nova invasão à UnB ocorreu em 11/10/1965, solicitada à polícia pelo próprio reitor, Laerte Carvalho, em reprimenda a uma greve simbólica dos professores por 24 horas, em solidariedade à demissão de colegas e que foi apoiada pelos estudantes. Com esta greve, mais professores foram demitidos.

Então, no dia 18 do mesmo mês, em solidariedade a todos os colegas, 223 professores ou, 80 % do quadro docente da UnB se demitiu, interrompendo o trabalho daquele primeiro grupo seletivo de pesquisadores, que foram recrutados para construir a instituição superior de vanguarda, cujo projeto era o desenvolvimento nacional.²⁵

Em março de 1967 tomou posse na Presidência da República o General Costa e Silva, quando intensificou-se o arrocho autoritário do regime militar e acendeu o discurso da crise da universidade brasileira, inflamada pelos protestos dos "excedentes", como eram chamados os estudantes que passavam no vestibular, mas não conseguiam vagas no ensino superior. Lembramos que a política pós-64 reduziu verbas e investimentos públicos na universidade.²⁶

Em solidariedade aos excedentes, os estudantes promoveram greves e manifestações reivindicando mais vagas na universidade. Diante da questão "crise" e das críticas estudantis à política educacional do governo, os militares começaram a elaborar uma reforma universitária.

1.4 –A Reforma Universitária implementada pelo Regime Militar

A reforma universitária já havia sido debatida em seminários promovidos pela UNE em 1961, 1962 e 1963, época em que integrava o elenco das “reformas de base”. Apesar da diversidade de orientações em cada seminário, os estudantes se identificavam no combate à estrutura arcaica do ensino superior, à sua privatização, à seletividade (econômica) dos exames vestibulares e defendiam o aumento da participação dos estudantes no processo decisório das instituições de ensino, assim como a subordinação destas aos interesses do povo brasileiro.²⁷

²⁵ Roberto A. Salmeron. **A universidade interrompida....** p. 244.

²⁶ Maria Ribeiro do Valle. **O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968.** 1997. 203f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253288>. Acesso em: 30 out. 2021.

²⁷ Verbete CPDOC **Dicionário Histórico...** Reforma Universitária. *Op. cit.*

Após a implantação do Regime Militar, dois decretos foram publicados a respeito da educação superior: o Decreto-Lei n. 53, de 18/11/1966,²⁸ e o Decreto-Lei n. 252, de 28/02/1967.²⁹ Os dispositivos instituíram mudanças importantes como a organização da universidade em departamentos, cabendo a esses a organização do trabalho e sua divisão entre os docentes, e a estruturação das universidades de modo a serem institutos com funções simultâneas de ensino e pesquisa.

Observamos que a reforma providenciou aspectos já demandados pelo governo anterior, como em relação a função da cátedra. Embora a função não tenha sido extinta no texto legal, os catedráticos perderam de fato prerrogativas, o que incluiu a cessão de muitas de suas incumbências para os departamentos.³⁰

Após estes decretos e atentando para as críticas à educação universitária, o governo criou uma comissão para estudar a reforma universitária, em dezembro de 1967, que foi chamada de "Comissão Meira Mattos".

Também estabeleceu acordos entre o MEC e a United States Agency for International Development – USAID. Efetuados sob sigilo, os acordos previam assessoria técnica de estrangeiros na formulação de uma nova política educacional. Quando os acordos vieram a público, passaram a ser alvos frequentes do movimento estudantil, que denunciavam a infiltração imperialista na educação brasileira, o risco de transformar o ensino público e gratuito em universidades-empresa e a não resolução da questão dos excedentes.

Em julho de 1968 o governo criou o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU). Nesse íterim de discussões sobre a reforma, no dia 29/08/1968, a UnB foi novamente invadida por agentes das polícias Militar, Civil, Política (Dops) e do Exército, quando os alunos protestavam contra o assassinato do estudante secundarista Edson Luis no Rio de Janeiro (em 28/03/1968).

Cerca de 3 mil alunos reuniram-se na praça localizada entre a Faculdade de Educação da UnB e a quadra de basquete. Sob o pretexto do cumprimento do decreto de prisão de sete universitários, foram detidas mais de 500 pessoas na quadra de basquete. A invasão resultou no espancamento, prisão e tortura de estudantes e funcionários. Sessenta pessoas acabaram presas e um estudante foi baleado.

²⁸ Decreto-Lei n. 53, de 18/11/1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências.

²⁹ Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.

³⁰ Rodrigo P. Motta. **As universidades e o regime...** *op. cit.*

Sem atmosfera para discussão democrática e ainda em meio a violência, não se chegava a um consenso acerca da reforma entre os diferentes interessados. Como resultado, houve a imposição da reforma pelos militares, que coordenaram as discussões com a área econômica, esta asseverou a necessidade da reforma, argumentando que as melhorias nas universidades implicariam no crescimento do país.³¹

Segundo o historiador Rodrigo Motta, determinadas áreas do governo militar compreendiam as universidades enquanto instrumentos para o alcance de metas de desenvolvimento no país, como a diminuição das desigualdades e dos problemas sociais. Essa perspectiva pode ser assimilada como um dos principais motivos para a empreitada assumida pelos militares com relação à reforma, mas não foi o único.³²

Entre eles, havia o entendimento das universidades como ambientes sensíveis para a segurança nacional, pois eram concebidas como locais vulneráveis à circulação de ideologias vistas como perigosas, a título de exemplo, os ideais marxistas e outras perspectivas contrárias à ditadura. Nessa lógica, a reforma do ensino superior tornou-se imprescindível.

Outro setor a contribuir para o andamento da reforma foi o dos técnicos da área econômica, os quais encaminharam estudos estratégicos para a área da educação. Além disso, as fontes principais de investimento na área da educação precisavam passar primeiro pelo crivo desses especialistas, como era no caso dos técnicos ligados à Secretaria de Planejamento (Seplan). A concretude da influência de técnicos econômicos na Reforma Universitária se deu na atuação de João Paulo dos Reis Velloso³³ e do ministro dos Transportes, Mario Andreazza, ao sugerirem a criação do GTRU.

O resultado do GTRU foi a efetivação da Reforma Universitária por meio da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968.³⁴ O grupo foi constituído por professores envolvidos com as questões relacionadas à reforma e por técnicos da área econômica, como Velloso. Os técnicos foram fundamentais para a concretude do empreendimento, na medida em que a presença destes no GTRU garantiu os recursos públicos

³¹ Rodrigo P. Motta. **As universidades e o regime...** *op. cit.* (sugiro colocar a página)

³² *Idem.*

³³ Velloso foi secretário-geral do Ministério do Planejamento em 1968 e Ministro do Planejamento entre os anos 1969 e 1979.

³⁴ Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. (Sugiro colocar o link da lei.)

necessários, principalmente os fornecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o qual custeou a mudança no regime de trabalho dos professores.³⁵

Outro aspecto que contribuiu para o andamento da reforma foi o fato de os professores componentes do GTRU levarem o debate aos meios universitários, favorecendo sua aceitação nesse ambiente.

Assim, as mudanças provocadas pela Lei n. 5.540 foram a extinção das cátedras, a organização das universidades por meio de departamentos e a formação de institutos de pesquisa com base nas faculdades já existentes. Com a lei, verificou-se também a ampliação da competência dos reitores num sentido autoritário, pois passaram a ter mais verba e mais controle sobre os diretores, que outrora tinham mais autonomia.

Para a nomeação de reitor, adotou-se o uso de lista sêxtupla – anteriormente era utilizada a lista tríptica –, característica esta que aumentou as chances de nomeações alinhadas ao governo. Outra implementação realizou-se na organização dos cursos em ciclos bases para a formação inicial dos alunos e posterior formação profissional durante os anos finais da graduação.

Em síntese, a reforma concretizou-se durante o regime militar, todavia, com uma junção de vertentes, envolvendo partes estruturais de seu conteúdo pensadas e elaboradas, em anos anteriores, por aqueles considerados inimigos políticos do governo, como Darcy Ribeiro e outros participantes da elaboração do projeto da Universidade de Brasília,³⁶ por exemplo, o fim das cátedras.³⁷

Por outro lado, a reforma constituiu-se em um exemplo de modernização "por cima" Assim, sua aplicabilidade realizou-se por meio de fatores ambíguos, como imposição à força e modernização.³⁸

No ano seguinte à aprovação da reforma universitária foi editado novo decreto fundamentado no AI-5 – o de nº 477, de 26/02/1969, no sentido de coibir a movimentação dos estudantes, definindo infrações disciplinares de alunos, docentes e funcionários do ensino público ou particulares:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:
I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;...
III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos,

³⁵ Rodrigo P. Motta. **As universidades e o regime...** *op. cit.*

³⁶ Pedro Calmon, João Christovão Cardoso, Anísio Teixeira, Ernesto Luís de Oliveira Júnior e Almir de Castro.

³⁷ Rodrigo P. Motta. **As universidades e o regime...** *op. cit.*

³⁸ *Idem.*

parades, parades or rallies not authorized, or he participate;
 IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;...
 VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

Nos anos que logo se seguiram à reforma, a UnB não foi invadida³⁹, mas o controle sobre a universidade foi exercido por meio das legislações autoritárias, como atestado no decreto acima e, além disso, por métodos típicos de ditaduras, como espionagem e tortura; autoritários também e, ainda, sem respaldo da lei.⁴⁰

1.5 A distensão política anunciada pela Ditadura Militar

A ditadura militar perdurou no Brasil de 1964 a 1985 e de forma genérica pode ser dividida em três períodos: do Golpe de 64 até 1967-68, quando a prioridade do regime foi expurgar os elementos alinhados à "perigosa esquerdização do país" e estabilizar a economia; de 1967-74, quando o regime foi institucionalizado com a Constituição de 1967 e com a montagem de um aparato repressivo; e a fase de distensão, a partir do anúncio da Abertura Política pelo Gen. Ernesto Geisel, em 1974, até a posse do presidente civil, José Sarney, em 1985.

A fase de distensão política teve durabilidade de onze anos. O processo é frequentemente representado como fase de crise do regime, tal como discutido por Francisco Carlos Teixeira⁴¹ ao referir-se às crises das ditaduras da América do Sul, na década de 1980.

Naquela década, o contexto internacional atuava contrariamente às ditaduras latino-americanas, com a política externa estadunidense do presidente Jimmy Carter (1977-1981), segundo a qual não se podia criticar as ditaduras socialistas e apoiar as latino-americanas. Também as crises econômicas internacionais oriundas dos bloqueios petrolíferos, ocorridos em 1973 e, com maior impacto, após a guerra Irã-Iraque a partir de 1980, atuaram para desestabilizar os governos.

³⁹ A Universidade de Brasília sofreu quatro invasões de larga escala durante a ditadura militar: em 1964, 1965, 1968 e 1977.

⁴⁰ Rodrigo P. Motta. *As universidades e o regime... op. cit.*

⁴¹ Francisco Carlos Teixeira Silva. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, V. 4. p. 243–282.

A distensão é representada também como a etapa de transcurso da ditadura para o regime democrático.⁴² Na interpretação de Francisco Teixeira, o projeto de Abertura foi iniciativa do regime militar, nos anos de 1973-74, justamente quando o regime sentia-se confortável para planejar um retorno honroso aos quartéis em face do milagre econômico, inclusive após a explosão do preço do petróleo e consequente crise econômica internacional.

O autor destaca que tal projeto, ideado pelos militares Ernesto Geisel, Orlando Geisel e Golbery do Couto e Silva, não previa propriamente uma redemocratização no sentido de uma democracia liberal. O que estes generais planejavam era a reconstitucionalização, ou, a saída do Estado de Exceção.⁴³

Nesse sentido, para o grupo castelista,⁴⁴ abrir o regime significaria programar o afrouxamento gradual das típicas amarras tecidas pelos governos militares: a centralização férrea do poder, a supressão de direitos legais, a censura, a espionagem, a repressão por proibições ou pela violência física e outros instrumentos autoritários.

O historiador Carlos Fico, inclusive compreende a fase de distensão como a "história da difícil desmontagem da comunidade de segurança", quer dizer, do aparato repressivo do regime, incluindo as legislações autoritárias como o AI-5 e o sistema CODI-DOI, a rede de articulação entre espionagem, apreensão, interrogatório e tortura.⁴⁵

Ao anunciar o projeto ao longo de sucessivos discursos, logo após sua posse, em março de 1974, Geisel frisava que o processo seria conduzido planejadamente, “sob controle”, de forma “lenta, gradual e segura”.

Na perspectiva de Geisel, a Abertura deveria ser lenta devido às acomodações e aceitações dos oficiais da linha dura contrários ao desmonte do sistema de segurança; e gradual para evitar a necessidade de recrudescimento do regime. O transcurso para a democracia deveria culminar com um sucessor que fosse seguro, segundo as

⁴² Jorge Ferreira. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano. O Tempo da nova república: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, V. 5.

⁴³ Francisco Carlos Teixeira Silva. **Crise da ditadura militar... op. cit.**

⁴⁴ Como a historiografia costuma chamar o grupo dos militares "moderados".

⁴⁵ Carlos Fico. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura- regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

interpretações do regime. Este queria evitar que o processo fosse direcionado por forças políticas da sociedade, correndo o risco de revanchismos contra os militares.⁴⁶

No entanto, o governo não foi capaz de domar o ritmo da Abertura como pretendia. Mesmo na fase inicial do processo, até 1982, quando tinha a proeminência na condução do processo, o governo teve dificuldades para seguir seu planejamento. Enfrentou a oposição dentro das forças armadas da chamada linha dura, a desestabilização da economia com a alta do petróleo e a subida dos juros internacionais, a pressão da sociedade civil, a crescente mobilização dos sindicatos, da Igreja, da imprensa, das universidades e estudantes secundaristas.⁴⁷

Concomitante à distensão, a sociedade ia gradualmente retomando espaços e reclamando direitos e o fato de o regime soltar ou reter amarras justamente para controlar o grau ou a velocidade do processo, acabou por caracterizá-lo como processo contraditório e ambíguo.

Assim, no pós-74, a cada ano aumentavam nas ruas as manifestações de oposição ao governo. A política econômica do regime e a grande repressão dispensada aos opositores nos períodos mais duros resultaram, respectivamente, em grande inflação e intensa insatisfação popular. A força política da sociedade civil foi visibilizada e a potência de suas ações políticas influíram nos rumos da redemocratização do país.⁴⁸

O anúncio da distensão, mas, por outro lado, a manutenção da vigilância, gerava muita incerteza e tensão social. Afinal, quanto de direitos poderiam ser demandados? Quais as formas "seguras" ou "permitidas" de se pressionar pelo retorno dos direitos? Seria "permitido" à sociedade fazer quais reivindicações ou denúncias? Qual dose de pressão poderia se aplicar à velocidade do processo? Enfim, até quanto se poderia esticar a corda?

Daí resultar a Abertura em processo repleto de ambiguidades. Por exemplo, se após 1974, houve o enquadramento de militares da chamada "linha dura" e eleições gerais em 1974; por outro lado, foram assassinados dirigentes do Partido Comunista (PCdoB),⁴⁹ o jornalista Vladimir Herzog (1975) e o operário Manuel Fiel Filho (1976).

⁴⁶ Francisco Carlos Teixeira Silva. **Crise da ditadura militar...** *op. cit.*.

⁴⁷ *Idem.*

⁴⁸ *Idem.*

⁴⁹ Referimo-nos ao Massacre da Lapa, em 16/12/1976, uma operação do exército brasileiro que invadiu o Comitê Central do PCdoB - localizado na Rua Pio XI, n. 767, no bairro da Lapa em São Paulo e que culminou com a morte de três dos dirigentes do partido.

O episódio de fechamento do Congresso Nacional, em abril de 1977, é emblemático desse movimento de oscilação.⁵⁰ Nas eleições parlamentares de 15 de novembro de 1974, a oposição ganhou mais cadeiras no legislativo:

O ano de 74 terminaria, porém, em desastre para o governo. Nas eleições de 15 de novembro, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido da “oposição consentida”, se recupera espetacularmente, elegendo 16 senadores, das 22 vagas em disputa; e por pouco não obtém a maioria da Câmara, tendo conquistado 161 das 364 cadeiras, ou 44%.⁵¹

Tal composição parlamentar possibilitava ao Congresso abrir uma comissão parlamentar de inquérito, rejeitar propostas do governo para emendas constitucionais, como a que ocorreu com o projeto governista de reforma judiciária, de 1977, que não atingiu o número de votos suficientes. Além disso, o regime preocupava-se com as eleições para governadores vindouras, no ano de 1978, que também poderiam ser-lhe desfavoráveis.

Assim, em 1º de abril de 1977, sob o aparato do AI-5, o regime fechou o Congresso (ficou fechado por 14 dias) e outorgou duas emendas à Constituição, uma referente à reforma do judiciário e outra que regulava as próximas eleições para governador, de forma a lhe garantir um resultado eleitoral favorável.⁵²

Com a discussão da Anistia em 1979, no Governo João Figueiredo, o processo de Abertura voltou a avançar. Foi vasta a mobilização popular pedindo anistia ampla, geral e irrestrita e que ela não se estendesse aos agentes de repressão do estado.⁵³

A Lei de Anistia (Lei n. 6.683/1979)⁵⁴ acabou aprovada em agosto de 1979, com repercussão negativa perante parcela da sociedade. Embora a pressão social tenha resultado em alteração do projeto inicial do governo, o segmento da lei deu-se com aspectos de conciliação e aceitação entre os grupos de oposição e o governo. A lei aprovada não foi ampla e nem irrestrita, todavia muitos presos políticos acabaram recebendo indulto presencial. Para os agentes do Estado que cometeram crimes contra os direitos humanos a lei foi indulgente.

⁵⁰ Marcos Napolitano. **1964: História do...** *op. cit.*.

⁵¹ FARIA, Adriano; FONTENELLE, André Especial: **Senado 74 – A eleição que abalou a ditadura**. 2014. Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/14/especial-senado-74-2013-a-eleicao-que-abalou-a-ditadura>. Acesso em 03 out. 2021.

⁵² Andrei Koerner. Um Supremo coadjuvante: A reforma judiciária da distensão ao Pacote de Abril de 1977. **Novos estudos CEBRAP**. São Paulo. v.37 n.01 p. 81-97. jan/abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201800010002>. Acesso em: 10 de set de 2021.

⁵³ Verbete CPDOC **Dicionário Histórico...** Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). *op. cit.*.

⁵⁴ Lei n. 6.683/1979. Concede anistia e dá outras providências.

Há consenso na historiografia que a partir de 1982, os militares já não detinham o domínio total do processo de Abertura, fase em que a força política da sociedade civil passou a evidenciar maior vigor e organização.

A pauta democrática foi unanimidade no período; as movimentações em favor da volta às eleições diretas para presidente e vice-presidente, a partir de 1983, foram batizadas como *Diretas já!*.

Em 1984, o movimento ganhou grande expressão e o clima de otimismo tomou conta dos brasileiros. No dia 25 de abril daquele ano, iniciou-se a votação da emenda à Constituição que previa a volta das eleições diretas, consagrada como emenda Dante de Oliveira. No entanto, as grandes expectativas daquele dia foram frustradas, com a não aprovação da emenda no Congresso, ficando de positivo a grande mobilização cívico-popular alcançada em prol da democracia no Brasil.

1.6 Os Movimentos sociais na década de 1980

Durante os anos mais duros do regime militar, as diferentes formas de mobilização da sociedade civil, decorrentes da intensa politização urbana e rural dos anos 1950 e 1960 foram praticamente sufocadas.

O fôlego retornaria quando a ditadura desse seus primeiros sinais de crise, quando, no final da década de 1970 e na década de 1980 eclodiram diferentes frentes de contestação social, particularmente o movimento dos trabalhadores, as associações de mulheres, o movimento negro, o movimento indígena e o movimento estudantil.

Tanto ressurgiram movimentos já presentes anteriormente à distensão, caso do sindicalismo operário, como surgiram novos, caso do movimento indígena, organizado nacionalmente após a onda de invasão sobre suas terras durante o regime militar.

Uma característica em comum tanto para os novos grupos quanto para os que retornavam à cena pública foi o estabelecimento de pautas pragmáticas, voltadas para a realidade social de cada grupo, enquanto a democracia passou a ser reivindicação uníssona.

Além disso, outras entidades civis como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e setores progressistas da Igreja Católica se articularam em torno da retomada democrática. Com isso, a legitimidade do regime militar passou a ser contestada amplamente e não mais por grupos isolados de oposição.

Dentre as mobilizações sociais de destaque e com grande influência no período esteve a greve dos metalúrgicos ocorrida em 1978⁵⁵. A movimentação abalou a política antigreve do regime militar e nos dois anos seguintes à esta greve, diferentes categorias profissionais fizeram paralisações, como professores, bancários e petroleiros. O movimento dos trabalhadores também exerceu grande influência sobre o movimento estudantil.

A volta ao regime democrático, na concepção do governo, não contava com os trabalhadores como força política capaz de fazer exigências. As articulações destes influenciaram mais pessoas a adentrar o campo das mobilizações sociais.

A atuação dos operários em assembleias e greves fortaleceu o sentimento de classe, foi ganhando força e expandindo as demandas para além do âmbito da categoria. Temas com pautas econômicas e sociais foram formuladas como reivindicação por uma sociedade mais justa. Assim, questões do dia a dia das pessoas começaram a ganhar contorno de pautas políticas. A emergência de tais movimentações não passou despercebida pela repressão do regime. Houve invasão de sindicatos, prisões de militantes e aplicação da Lei de Segurança Nacional para coibir manifestantes.

Outros movimentos sociais ganharam destaque na década de 1980, como o movimento negro, que conseguiu mobilizar o debate em torno do mito da democracia racial no Brasil e fundamentou as bases para políticas de reparação que surgiriam nas décadas posteriores.

A noção de democracia social na sociedade brasileira desenvolvida nos anos 1930, a partir das publicações de Gilberto Freyre por parte das elites brasileiras – elite política, econômica e intelectual – se reproduziram até a exaustão de tal perspectiva.

Na década de 1980, o movimento negro combateu essa mentalidade tão enraizada na sociedade brasileira, dando visibilidade à cultura e à prática de racismo no Brasil. Diferentes frentes de luta foram abertas, seja pelas novas epistemologias das ciências humanas, ou pela persistência das mazelas e preconceitos sofridos pelos afrodescendentes.

A eclosão de movimentos comuns em outros países, como a luta anti segregação racial dos negros, nos EUA e a afirmação dos países africanos pós descolonização no século XX, também exerceram influência no movimento negro brasileiro. Em 1978, a articulação de diferentes entidades negras deu origem ao Movimento Negro Unificado

⁵⁵ Mobilização dos metalúrgicos do ABC Paulista, em 1978. Reivindicavam principalmente reajuste salarial segundo Índice Nacional do Consumidor.

(MNU), ampliando o ativismo negro e atingindo conquistas importantes para a população negra.⁵⁶

Quanto aos estudantes, suas articulações políticas de maior impacto começaram ainda em meados da década de 1970. De fato, foi o primeiro grupo a ressurgir com a contestação política à ditadura após a repressão dos "anos de chumbo". Movimentações para criação de entidades de representação que desafiavam a legislação vigente, chamados em muitas universidades de DCE-Livre, começaram a surgir em diferentes universidades pelo país.

Tanto diretórios autorizados por lei quanto os considerados ilegais passaram a fazer parte do cotidiano universitário. Intensificaram-se as articulações entre estudantes de diferentes estados que, em muitas ocasiões, praticavam atos de solidariedade em casos de represálias do regime.

O retorno das entidades de representação nacional ocorreu nos anos finais da década de 1970. A extinção dos decretos n° 228/1967 e 477/1969, que tratavam especificamente da repressão à comunidade universitária, assim como a determinação para o fechamento das ASIs universitárias se deram sob o Governo Figueiredo, em 1979. A reorganização da União Nacional dos Estudantes deu-se efetivamente em 1979. Como informa o artigo "Descomemoração do Golpe":

Depois de 15 anos, a UNE, entre duras penas, tentou voltar a legalidade por meio do 31º congresso da entidade. A reconstrução da UNE foi um período de transição democrática e das conquistas de espaços, que naquele momento eram influenciados por movimentos de juventude de todo o mundo. O Congresso da reconstrução da UNE foi aberto pelo então presidente da entidade, José Serra. O encontro foi realizado no dia 30 de maio de 1979, no Centro de Convenções da Bahia e reuniu cerca de dez mil estudantes de todo país. Uma cadeira, no entanto, ficara vazia: era a de Honestino Guimarães, assassinado pela ditadura.⁵⁷

Se o conjunto dos movimentos sociais não impactou fortemente, ou não marcou a direção do processo da distensão política e apenas influiu sobre o seu ritmo, seu esforço frutificou um pouco mais tarde, durante a elaboração da Assembleia Constituinte de 1987.

A participação popular foi intensa durante os debates constitucionais, a conquista da progressista Constituição de 1988 deveu-se muito às emendas oriundas de Iniciativa Popular, instrumento jurídico presente no regimento interno da Assembleia

⁵⁶ Verbete CPDOC **Dicionário Histórico...** Movimento Negro no Brasil. *op. cit.*.

⁵⁷ Descomemoração do golpe. **União Nacional dos Estudantes**. Disponível em: <https://www.une.org.br/descomemoracaodogolpe/>. Acesso em: 23 out. 2021.

Constituinte, que garantia a qualquer cidadão o direito de formular emendas constitucionais. Tratou-se, sem dúvida, de vitória dos movimentos sociais por uma democracia participativa.

Capítulo 2: Atuação política e imprensa estudantil na UnB, durante a Distensão

Como vimos no capítulo anterior, o processo de distensão política controlado pelos militares foi caracterizado por contradições, recuos e avanços no processo. Ao longo do período, os movimentos sociais iam ganhando mais destaque, iam ousando mais, muitos passaram a institucionalizar-se, alguns com orientação partidária, outros como associações importantes no dia a dia da democracia. Como exemplo, é possível observar os trabalhadores e operários com maior espaço para articulação política.⁵⁸

Vimos também que os estudantes foram o primeiro grupo que retornou às agitações sociais após a dura repressão contra os movimentos armados, praticamente liquidados em 1972, e ainda em 1974, com a repressão sobre a Guerrilha do Araguaia.

Em relação ao meio universitário, o regime anunciou a Distensão, mas manteve-se preocupado em vigiar os possíveis opositores naquele ambiente. Continuaram atuando a legislação autoritária, como o Decreto 477/1969,⁵⁹ e os órgãos de "inteligência", diga-se, de espionagem, que monitoravam professores, alunos ou qualquer servidor relacionado à educação.

No caso da UnB, em 1974, mesmo ano de anúncio da distensão, a DSI/MEC enviou ao reitor da UnB um protocolo com os procedimentos para a coleta de dados da comunidade acadêmica. O documento recebia o nome de LDB – Levantamento de Dados Biográficos (imagem a seguir) e consistia em:

[...] obtenção sigilosa, pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Informações – “SISNI”, de dados sobre pessoas, o mais pormenorizadamente possível, com finalidade precípua de preservar os interesses da Segurança Nacional e a eficiência da Administração Pública.⁶⁰

⁵⁸ Marly Rodrigues. **A Década de 80: Brasil – quando a multidão voltou às praças**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.

⁵⁹ O Decreto-Lei nº 477/1969, foi instituído como instrumento de controle do movimento estudantil. O documento versava sobre as possíveis infrações disciplinares a serem cometidas por professores, alunos, funcionários e empregados de estabelecimentos do ensino público e privado.

⁶⁰ AN – Levantamento de Dados Biográficos - LDB. FUNDO: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília - br_dfanbsb_aa1_0_lgs_0034_d0001de0001. p. 2.

LGS.34, p. 18/31

FICHA SINTÉTICA DE APRECIÇÃO SOBRE O LEVANTAMENTO
DE DADOS BIOGRÁFICOS EFETUADO

L O B Nº _____ NOME _____

COGITAÇÃO: _____

1. POSIÇÃO IDEOLÓGICA	☐ DEMOCRATA ☐ COMUNISTA ☐ ESQUERDISTA ☐ SEM POSIÇÃO DEFINIDA ☐ NÃO HÁ REGISTROS ☐ OS REGISTROS NÃO PERMITEM OPINIÃO CONCLUSIVA
2. ATITUDE COM RELAÇÃO À REVOLUÇÃO DE 31/MAR/64	☐ INTEGRADO ☐ ADESISTA ☐ CONTRÁRIO ☐ CONTRA-REVOLUCIONÁRIO ☐ SEM POSIÇÃO DEFINIDA ☐ NÃO HÁ REGISTROS ☐ OS REGISTROS NÃO PERMITEM OPINIÃO CONCLUSIVA
3. ATIVIDADES SUBVERSIVAS	☐ ATUANTE ☐ SIMPATIZANTE ☐ NÃO HÁ REGISTROS ☐ OS REGISTROS NÃO PERMITEM OPINIÃO CONCLUSIVA
4. PROBABILIDADE ADMINISTRATIVA	☐ HÁ REGISTROS POSITIVOS ☐ HÁ REGISTROS NEGATIVOS ☐ NÃO HÁ REGISTROS
5. EFICIÊNCIA FUNCIONAL OU PROFISSIONAL	☐ HÁ REGISTROS POSITIVOS ☐ HÁ REGISTROS NEGATIVOS ☐ NÃO HÁ REGISTROS
6. CONDUITA CIVIL	☐ HÁ REGISTROS POSITIVOS ☐ HÁ REGISTROS NEGATIVOS ☐ NÃO HÁ REGISTROS
7. OBSERVAÇÕES	
<u>APRECIÇÃO FINAL</u> ☐ NÃO HÁ RESTRIÇÃO ☐ OS REGISTROS EXISTENTES NÃO CONTRA-INDICAM O APROVEITAMENTO ☐ NÃO EXISTEM ELEMENTOS DE CONVICÇÃO QUE CONTRA-INDIQUEM O APROVEITAMENTO ☐ NÃO HÁ REGISTROS ☐ NÃO DEVE SER APROVEITADO	

CONFIDENCIAL

Imagem 1. Modelo da ficha padrão para a coleta de informações do LDB.⁶¹

⁶¹ AN – Levantamento de dados biográficos - LDB. FUNDO: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília - br_dfanbsb_aa1_0_lgs_0034_d0001de0001. p. 18

Observamos pelo documento acima que, além de estar preocupado com "a conduta civil, posição ideológica ou a ocorrência de atividades subversivas" dos membros da comunidade acadêmica, o regime ainda se preocupava com "a atitude em relação à Revolução de 1964", sendo que acabara de anunciar um processo de abertura. Esta postura parece corroborar a interpretação de Francisco Teixeira, a de que no projeto de abertura original pensado por Geisel e Golbery não estava previsto a redemocratização, mas apenas o afrouxamento do controle político e da violência.

De qualquer forma, o "afrouxamento" do controle político não seguiu uma linearidade contínua, como podemos atestar pela análise dos eventos do ano de 1976 quando, ora os estudantes parecem conseguir algumas concessões, ora o regime não se mostrava disposto a ceder.

Por exemplo, um detalhado documento da AESI da UnB trata da preocupação com a agitação estudantil no verão de 1976, em torno do aumento do preço da refeição do Restaurante Universitário da UnB, chamado de Bandeirão.

A agitação contrária ao aumento repercutiu nos jornais estudantis e na imprensa brasiliense. A não abertura do restaurante durante os cursos de verão também contribuiu para o descontentamento. O referido documento registra a mobilização discente:

Informe SPP/Nº02/76

Assunto: Movimento Estudantil/UnB

Evento: Reunião de alunos

Divulgação: Cartazes improvisados, afixados no ICC e panfleto em anexo.

Local: a) Reunião no ICC – bloco “A” – 2º trecho reto subsolo (área por construir);

b) deslocamento de todos até o prédio ao Gabinete do Sr. Vice-Reitor, onde foi recebida uma Comissão composta por 6 (seis) alunos;

c) retorno dos demais que ficaram aguardando em baixo do prédio, a volta da Comissão.

Data: 27.01.76

Horário: início – 10:30 h.

Término – 11:40 h.⁶²

Como forma de protesto ao anunciado aumento, os estudantes iniciaram uma campanha de venda de lanches a Cr\$3,00, articulação que denominaram “bandejinha”. Além da questão do aumento do preço, reivindicavam preço único da refeição para estudantes da graduação e da pós-graduação, uma vez que, até o último semestre de 1975, o preço para os estudantes de pós-graduação era três vezes maior.⁶³ Além disso, os estudantes exigiam a abertura do Bandeirão ainda durante as aulas de verão. Em suas publicações a respeito, diziam que, em outubro do ano anterior, uma nota publicada pela

⁶²AN – Pedido de busca e informação – atividade acadêmica (volume I). Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília - br_dfanbsb_aa1_0_inf_0071_d0001de0001. p. 5.

⁶³ *Idem.*

impressa local anunciava a abertura do Restaurante no verão. No entanto, a abertura não se concretizou, o que gerou problemas para os alunos matriculados que vieram de outras localidades e contavam com as refeições mais baratas para se manterem durante a adaptação às aulas de verão.

NOTA AOS ESTUDANTES DA UNB

À 29 de outubro passado, em nota publicada na imprensa local, a UnB anunciava que pela primeira vez o Restaurante Universitário seria aberto no período de verão. No entanto isso não aconteceu, causando graves problemas à maioria dos alunos matriculados.

Estamos destinando uma quantia, além de nossas possibilidades, exclusivamente à alimentação, o que está obrigando muitos colegas a regressarem para seus estados de origem.

Visando uma solução para o problema, mais de uma centena de estudantes se reuniram na última sexta-feira (23/01) e decidiram reivindicar:

- 1 - A IMEDIATA ABERTURA DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO
- 2 - A MANUTENÇÃO DO PREÇO VIGENTE (4,50)
- 3 - A EXISTÊNCIA DE UM ÚNICO PREÇO PARA ALUNOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO (4,50)

Para demonstrar a representatividade das reivindicações decidiu-se também por um encontro de todos os estudantes interessados no problema, terça-feira (27/01), às 10 horas, em frente à reitoria.

Na tarde de sexta-feira, logo após a reunião, o Decano de Assuntos Comunitários entregou uma nota à imprensa local, aceitando dois dos itens reivindicados pelos alunos. Quanto à imediata abertura do Restaurante Universitário o decanato deu uma resposta evasiva, prometendo abri-lo até dia 11/02, mas isso não satisfaz, a nós estudantes, por dois motivos:

- 1 - VÁRIOS COLEGAS NÃO TÊM CONDIÇÕES ECONÔMICAS DE SUPORTAR ESTA SITUAÇÃO ATÉ O PRAZO FIXADO PELO DECANO.
- 2 - POR EXPERIÊNCIAS ANTERIORES E PELO DESCASO COM QUE SÃO TRATADOS OS PROBLEMAS ESTUDANTIS NA UNB (VIDE PROMESSA DE ABERTURA DO BANDEJÃO NO INÍCIO DO VERÃO), SURGE UMA DÚVIDA: SERÁ REALMENTE ABERTO ATÉ O DIA 11 ?

Por tudo isto, reafirmamos todas as decisões da Reunião e lutamos pela imediata abertura do Bandejão.

Para tanto, convocamos todos os colegas a comparecer terça-feira (27/01), às 10 horas, ao sub-silo da Arquitetura, de onde iremos à reitoria.

A COMISSÃO ELEITA NA REUNIÃO DE
23/01/75

Imagem 2. Nota aos estudantes da UnB sobre a abertura do Restaurante Universitário.⁶⁴

Em entrevista ao **Correio Braziliense**, publicada em 27/janeiro/1976, o Decano de Assuntos Comunitários da UnB, Raimundo Nonato Santana, afirmou que havia a intenção de abrir o restaurante durante o curso de verão, mas que nenhuma declaração

⁶⁴ AN – Levantamento de dados biográficos - LDB. FUNDO: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília - br_dfanbsb_aa1_0_inf_0071_d0001de0001. p.4

havia sido feita oficialmente.⁶⁵ Enquanto isso, o jornal **Correio do Planalto**, apoiando a causa estudantil, publicou, em 30/janeiro/1976, que a UnB estava entre as universidades do país com o preço do Restaurante Universitário mais elevado e era a única que fechava as atividades durante um período do ano.⁶⁶

Observamos assim que, apesar de ainda vigiados e muitas vezes reprimidos, os estudantes cada vez mais encontravam brechas para se articularem e serem ouvidos. Ora reclamavam a falta de algum material na universidade, como um bebedouro ou ônibus para excursões, ora expressavam indignação contra o regime militar. Evidenciamos uma dessas brechas durante a articulação do Movimento Estudantil noticiada pelo **Correio Braziliense**, em 30/janeiro/1976:

Lanche-UnB enquanto restaurante não abre ...

Até mesmos os funcionários mais humildes da UnB entraram ontem na fila do lanche a Cr\$ 3,00 oferecido com fundos do Diretório Universitário, numa manifestação assistida por aproximadamente 400 pessoas, inclusive jornalistas dos principais veículos do país, organizada pelos estudantes para pressionar a reitoria a reabrir o restaurante durante o período de verão e manter os preços anteriores.⁶⁷

Também em panfleto de 1976, distribuído na UnB, consta o seguinte texto que ressalta a relevância da mobilização dos estudantes no sentido de terem suas necessidades atendidas:

Ao contrário do que sempre acontece nos anos anteriores, quando os estudantes da UnB ainda não apresentavam grau de organização satisfatório, sujeitando-se aos aumentos do bandejão nunca inferiores a 30% (vide 73, 74, 75), neste ano, apesar da administração da universidade ter cogitado um aumento de 50% ou mais, a majoração foi fixada em 11%, demonstração clara de um recuo da direção da UnB frente à ampla mobilização estudantil na última semana.⁶⁸

Quanto à questão da diferença de preço para alunos da graduação e da pós-graduação, os estudantes conquistaram a adoção de preço único para todos os alunos no início das atividades do restaurante.

Mas se pode parecer que essas conquistas significavam avanços no processo de relaxamento do regime, no ano seguinte, 1977, com a adoção do chamado "Pacote de Abril", o Governo Geisel decretou medidas que significaram retrocesso em relação ao processo de distensão no âmbito da política nacional, como também repercutiram em

⁶⁵ AN – Levantamento de dados biográficos - LDB. FUNDO: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília - br_dfanbsb_aa1_0_inf_0071_d0001de0001.

⁶⁶ *Idem.*

⁶⁷ *Idem.* p. 15.

⁶⁸ *Idem.* p. 20.

retrocesso dentro do campus, inclusive com a invasão policial da universidade, em punição aos protestos estudantis.

O ano de 1977 trouxe nova onda de agitações que questionavam o Regime Militar. As passeatas e protestos voltaram a acontecer em larga escala. Em São Paulo, no dia 30 de março, cerca de 3.000 estudantes saíram às ruas em protestos contra vários aspectos da ditadura. Em relação às manifestações de maior proporção de 1968, as pautas mudaram de direção, a demanda concentrava-se na volta ao regime democrático.⁶⁹

A imposição do "Pacote de Abril de 1977", quando o Governo Geisel, baseado no AI 5, fechou o Congresso por 14 dias e decretou medidas de retrocesso ao processo de distensão política em curso, repercutiu nacionalmente na mobilização estudantil.

Em 19 de maio de 1977, em diversas universidades do país, foi articulado o "Dia Nacional de Luta" exigindo o fim das prisões arbitrárias, dos atos de exceção, das leis repressivas e reclamando liberdades políticas e democracia. As mobilizações foram proibidas desde o dia anterior pelo então Ministro da Justiça, ainda assim, muitos manifestantes foram às ruas.⁷⁰

Na UnB, a mobilização contou com mais de mil estudantes, que desafiaram não só a decisão do Ministro da Justiça, mas também do reitor empossado em maio/1976, José Carlos Azevedo,⁷¹ que lançou mão de um "Ato da Reitoria" para proibir manifestações no interior da universidade.

Na Praça Edson Luis, os estudantes externaram indignação contra as prisões e torturas ocorridas no regime, assim como o descontentamento com os rumos políticos de retrocesso que o país tomava. Essa foi a primeira manifestação na UnB de maior proporção desde 1968 e com caráter explícito contra o regime militar.⁷²

Naquele dia, os estudantes dirigiram-se à reitoria e entoaram palavras de ordem que prenunciavam a paralisação de grande proporção daquele ano, conhecida como a Greve de 1977: “se houver punição, vai haver paralisação”. O ambiente propício para a greve já estava dado entre os diferentes departamentos, inclusive os estudantes de

⁶⁹ Antonio Ramaiana de Barros Ribeiro. **UnB 1977: O início do fim**. Brasília: Paralelo 15, 2019.

⁷⁰ Helena Bomeny. Universidade de Brasília: filha da utopia de reparação. **Sociedade e Estado**. v. 31, Número Especial Sociedade e Estado 30 anos 1986-2016. nov. 2016. Disponível em <https://doi.org/10.1590/s0102-69922016.0spe0009>. Acesso em 12 de set. de 2021.

⁷¹ Nono reitor da UnB, atuante em dois mandatos, de 25/maio/76 a 16/março/80 e 16/março/80 a 12/março/85.

⁷² Antonio Ramaiana de Barros Ribeiro. **UnB 1977: O início do fim**. Brasília: Paralelo 15, 2019.

arquitetura e urbanismo já haviam decretado uma paralisação em decorrência da negativa da reitoria em acatar um currículo para o curso.⁷³

Além disso, os ânimos em prol da paralisação já estavam acirrados entre os estudantes da UnB porque os programas das chapas que participaram das segundas eleições para o D.U., ocorridas em 1977 foram novamente censurados, como nas primeiras eleições, em 1976. Inclusive, a comparação entre estes dois processos eleitorais indica um aumento do número de chapas concorrentes: Unidade, DU – Ação, Construção e Oficina, o que demonstra a ampliação do M.E. de um ano para o outro.⁷⁴

O reitor José Carlos Azevedo manteve a promessa de punição à manifestação estudantil. Em resposta, os estudantes paralisaram as atividades acadêmicas. A greve estourou em 31 de maio de 1977 e durou quatro meses. A atuação dos estudantes da UnB ultrapassou os limites do ambiente universitário e impactou a política nacional.

Deputados da oposição compareceram ao campus e o assunto da greve ganhou manchetes em diferentes jornais do país. Uma articulação política para resolução dos conflitos foi realizada por uma comissão de senadores,⁷⁵ que foram negociar com o então Ministro da Educação, Ney Braga, e com o reitor, José Carlos Azevedo.

Apesar das tentativas de negociação, a reitoria se mostrou obstinada a punir as ações dos estudantes, o que se deu com aplicação de força crescente, conforme os mesmos resistiam e mantinham a greve.

Em 6 de junho/1977, ocorreu a primeira invasão policial em decorrência da greve, a terceira invasão policial da UnB, após o golpe de 1964. Houve prisões em massa, com o fichamento e a intimidação dos estudantes. Em 17 de junho, ocorreu a segunda invasão policial de larga escala, desta vez, com a prisão dos identificados como líderes do M.E., ao todo 14 estudantes, que ficaram presos por 32 dias.⁷⁶

O autor Ramaiana, um dos estudantes presos, resume com pesar os resultados das acusações atribuídas a ele e a seus colegas:

Fomos, alguns colegas e eu, expulsos da universidade por um inquérito farsante, que reunia provas de ações políticas através de inúmeros relatórios da ASI e do SPP, “provando” delitos administrativos que não foram comprovados. Fomos encarcerados por 32 dias com base em um inquérito que nos incriminava como subversivos face à segurança nacional e que, em pouco mais de um ano concluía pela falta de provas.⁷⁷

⁷³ *Idem.*

⁷⁴ *Idem.*

⁷⁵ Dois senadores governistas, Magalhães Pinto e Henrique La Roque, e dois oposicionistas, Saturnino Braga e Itamar Franco.

⁷⁶ Antonio Ramaiana de Barros Ribeiro. **UnB 1977: O início do fim**. Brasília: Paralelo 15, 2019.

⁷⁷ *Idem.* p. 150.

Apesar da repressão, o M.E. resistia. Nos dias 20 e 21 de julho, mais de 3.000 estudantes fizeram passeatas pelo campus. Em mais uma estratégia para driblar a greve, a reitoria publicou o Ato da Reitoria nº 187/77, de 18 de junho de 1977, e a Instrução da Reitoria nº 5/77, de 21 de junho de 1977. O primeiro, detalhava condutas que fundamentariam a abertura de inquéritos, e o segundo, estabelecia recesso acadêmico a começar em 22 de junho, até 24 de julho do ano corrente.

No entanto, a greve continuou após o recesso,⁷⁸ e para coibir esta, a força policial novamente foi usada, dessa vez, para garantir que haveria aulas para aqueles que as quisessem. Expressando irônica contradição, o policiamento no campus foi justificado por meio do remédio constitucional *habeas-corpus*.⁷⁹ Ou seja, a reitoria lançou mão de um instrumento processual inerente às democracias, para justificar sua ação autoritária, sendo que conduziu todo o processo da greve sem abertura ao diálogo e com constante repressão.⁸⁰

Ainda outra ação política dos estudantes da UnB no ano de 1977 foi a entrega de uma carta⁸¹ à primeira-dama dos Estados Unidos, Rosalynn Carter, durante a visita desta ao Brasil, denunciando as torturas e assassinatos praticados por agentes do estado brasileiro.⁸²

Naquele ano, a UnB tornou-se símbolo de resistência em todo país e muitas manifestações de solidariedade aos estudantes brasileiros foram realizadas em diferentes regiões brasileiras.⁸³

⁷⁸ *Idem.*

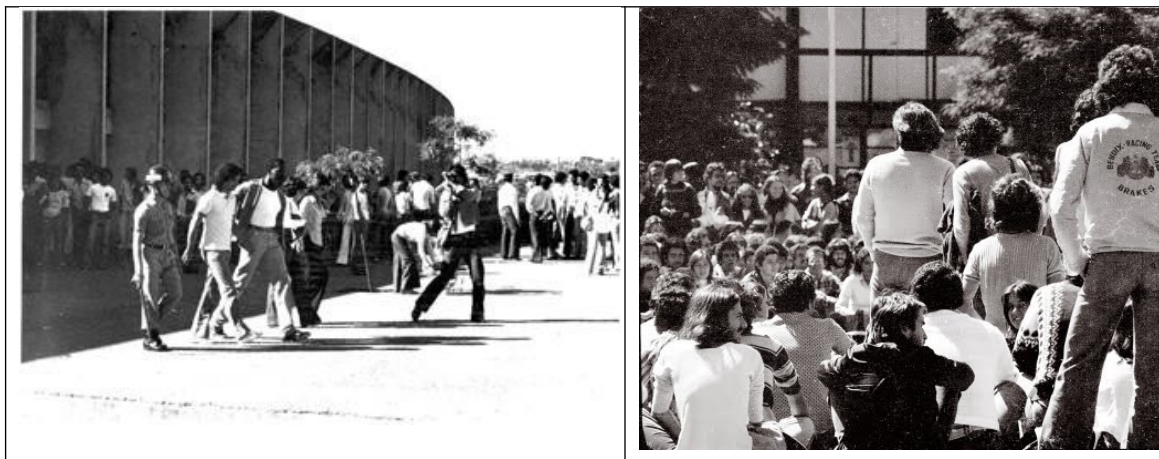
⁷⁹ Segundo matéria do Correio Braziliense, publicada em 1977, edição 05302 (1), página 5, o *habeas-corpus* foi impetrado por estudantes que queriam ter aula.

⁸⁰ *Idem.*

⁸¹ Hemeroteca Digital Brasileira UF: DF – Período: 1970-1979. **Jornal do Brasil**, ano 1977\ Edição 00064.

⁸² A política em prol dos Direitos Humanos do presidente Jimmy Carter exerceu forte pressão sobre o governo brasileiro, o que alterou a tradicional relação amistosa entre os países.

⁸³ Antonio Ramaiana de Barros Ribeiro. **UnB 1977: O início do fim**. Brasília: Paralelo 15, 2019. p. 158



Invasão Policial. Aluno sendo levado por policial à paisana, julho de 1977.⁸⁴ À direita, Reunião de estudantes durante os atos da greve de 1977.⁸⁵

Em 1977, o movimento estudantil voltava e estava forte em todas as capitais. E a greve da UnB, por sua duração, por sua localização, pela capacidade surpreendente de resistir, precipitava a opção: pelo endurecimento ou pela distensão.⁸⁶

Constituindo-se em um dos grupos pioneiros dentre os universitários, os estudantes da UnB que articularam-se e demonstraram grande força de resistência em seus protestos deram muita visibilidade às arbitrariedades do regime.

3.1 O esforço para manter a atividade de imprensa

Grande parte das energias do movimento estudantil estava voltada para a manutenção das publicações dentro do Campus. Sabemos que as publicações estudantis sempre foram motivo de preocupação para o Regime Militar. Em diversos momentos os estudantes tiveram seus materiais de divulgação recolhidos pelos órgãos de segurança. A censura imposta pelo regime e a escassez de recursos e espaços para a produção de conteúdo de natureza jornalística é evidenciado em trecho do primeiro jornal publicado pelo Diretório Universitário,⁸⁷ provavelmente publicado entre 1976 e 1977:

⁸⁴ BR DFUNB FOTOGRÁFICO-1A5-00029_03. Título: 00029_03. Universidade de Brasília. Arquivo Central. AtoM UnB. Disponível em: <https://atom.unb.br/index.php/00029-03>.

⁸⁵ Fotos de Adonai Rocha, ex-aluno da Universidade de Brasília. Disponível em: <http://dossiedebrasil.blogspot.com/2011/06/imagens-de-uma-universidade-resistente.html>. Acesso em 28 out. 2021.

⁸⁶ Antonio Ramaiana de Barros Ribeiro. **UnB 1977: O início do fim**. Brasília: Paralelo 15, 2019. p. 158.

⁸⁷ Não conseguimos encontrar o nome específico do jornal, pois não detínhamos todas as páginas.

O Diretório Universitário, então, iniciava suas atividades depois de vários anos sem uma entidade centralizadora, exatamente com uma Assembléia. E iniciava nas condições materiais mais precárias. Sem dinheiro, sem material de divulgação, mas com a opinião pública compreendendo a nossa luta e com a centralização do Diretório, conseguimos manter o boicote diário [ao restaurante universitário] por mais de duas semanas. A reitoria se manteve blindada, irredutível com ameaças constantes à diretoria do Diretório. Nos mantivemos firmes mesmo depois da violência sofrida por 38 colegas nossos que foram presos quando faziam um pedágio na L-2 norte. Nos mantivemos firmes, mesmo quando a polícia circulava dentro do campus pedindo identificação aos estudantes. Nos mantivemos firmes e, nos manteremos firmes, porque a nossa luta é justa.⁸⁸

Na publicação acima, de 1976-77, os estudantes referem-se à precariedade de material para divulgação e, até o ano de 1982, observamos a mesma situação relatada no panfleto de propaganda eleitoral “Todos Juntos”, onde os estudantes ressaltam a falta de jornais na UnB, pois há apenas uma publicação naquele momento, o jornal **Laboratório Campus**, editado pelo departamento de comunicação.

Os alunos da UnB só têm um jornal atualmente que é o jornal laboratório Campus, editado pelo departamento de comunicação. Portanto, carecemos de novos espaços. É difícil, porém não impossível, para o DCE ter um jornal próprio. Isso depende da iniciativa dos alunos e de sua produção.⁸⁹

Podemos concluir sobre a situação descrita como decorrência da censura dentro da universidade, da atuação do regime no sentido de tolher cada tentativa de se constituir na jovem universidade uma tradição de imprensa universitária.

O fato de o regime afirmar estar em processo de distensão não significava que estivesse disposto a relaxar a vigilância, particularmente no que se refere a controlar de perto as publicações estudantis dentro do Campus. Um documento da Divisão de Segurança e Informações (DSI), do MEC, de 10/maio/1976, deixa evidente que, mesmo após dois anos de anunciada a distensão, a censura seguia firme, pois recomendava aos Srs. Reitores de Universidades

o disciplinamento das publicações estudantis, com matérias “consideradas subversivas pelas autoridades universitárias”, “a fim de prevenir a ocorrência de punições com base no Decreto-lei nº 477/69”. É que o intercâmbio dessas publicações constituía-se (como ainda se constitui) num dos importantes fatores de reorganização do ME.⁹⁰

⁸⁸ Jornal publicado pelo Diretório Universitário. Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa 2.3.1 S/D.

⁸⁹ Jornal **Todos Juntos....** Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa 2.3.1 S/D.

⁹⁰ AN – Pedido de busca e informação. FUNDO: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília - br_dfanbsb_aa1_0_inf_0070_d0001de0001.

Mas ainda assim os estudantes persistiram, mantiveram a atividade de imprensa, ainda que bastante interrompida. Os editoriais eram bem espaçados. Alguns cursos conseguiam publicar mais materiais que outros, mas ainda assim não encontramos uma linha editorial extensa, nem um jornal que tivesse alcançado um maior grau de organização, ou seja, não havia uma profissionalização. Eram jornais bastante simples, as vezes consistiam em uma única página dobrada.

Fossem publicações na forma de jornal, nota, cartaz ou panfleto, os estudantes difundiam à comunidade universitária os principais pontos do debate político, tanto pautas que os afetavam no cotidiano do ambiente acadêmico, quanto aquelas que diziam respeito à toda a comunidade nacional. Analisaremos a seguir os principais pontos do debate estudantil na universidade, aqueles mais recorrentes nas publicações discentes.

3.2 A representação estudantil

A reorganização do Movimento Estudantil dependia da comunicação desenvolvida pelos estudantes, realizada por meio de panfletagens, editoriais, cartazes, reuniões, comissões, greves e protestos. Elementos de articulação fundamental eram os diretórios de representação estudantil, que consistiam um dos principais motivos da mobilização estudantil, como observaremos na ocasião da primeira eleição para o D.U., em 1976.

Desde a vigência do Decreto-Lei n. 228, de 28 de fevereiro de 1967, a representação estudantil era estabelecida com os Diretórios Acadêmicos (D.A) – em cada estabelecimento de ensino – e o Diretório Central de Estudantes (D.C.E) – em cada universidade. A lei da reforma universitária de 1968 também mencionava o tema e definia que os regimentos dos diretórios deveriam passar por aprovação das instâncias universitárias superiores, como a reitoria ou o Conselho Universitário.⁹¹

É irônico que uma das finalidades atribuídas pelo Decreto-Lei n. 228 aos órgãos de representação estudantil fosse “concorrer para o aprimoramento das instituições democráticas”, uma vez que as discussões já sofriam delimitação no Art. 11 do mesmo: “É vedada aos órgãos qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”;⁹² o que por si só já evidencia um caráter antidemocrático. O

⁹¹ Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967.

⁹² *Idem*.

Artigo ainda estabelecia que, caso os termos fossem descumpridos, a sanção seria a suspensão ou dissolução do D.A. ou do D.C.E.

Segundo o historiador Rodrigo Pato, a representação estudantil nas universidades só foi mantida por influência da ala mais moderada do regime. As leis que regulavam a questão não eram das mais democráticas, mas ainda assim permitiram que diretórios centrais e acadêmicos existissem.⁹³

No caso da UnB, seu Estatuto, criado por meio do Decreto nº 66.451, de 08 de maio de 1970, estabelecia a criação de diretório de âmbito universitário,⁹⁴ bem como o Regimento Geral da Universidade. No entanto, as articulações para a criação do diretório só foram iniciadas em 1974, e ainda levando dois anos para a conclusão, em maio de 1976. Esse longo período se explica devido às idas e vindas de relatórios com apreciações do Conselho de Administração a respeito do anteprojeto.⁹⁵

Portanto, na ocasião do anúncio da distensão, os estudantes da UnB estavam empenhados em discutir a criação/eleição para o D.U., mas encontravam empecilhos por parte das instâncias administrativas da universidade. Tiveram a apreciação de seus projetos negada em diferentes momentos. Diante deste cenário, em 1975, recorreram ao plebiscito e à assembleia geral, sem que tivessem autorização para tal.⁹⁶

Assim, para o ano de 1976, a eleição de representação estudantil, por meio do Diretório Universitário, estava prevista no Regimento Interno da UnB, uma “garantia” conquistada com muito custo. Ainda assim, as chapas "Oficina" e "Unidade" tiveram suas campanhas suspensas e as eleições canceladas pelo então reitor, Amadeu Cury,⁹⁷ sob o argumento de que abusos foram cometidos durante a campanha.⁹⁸

Como resposta, os estudantes impetraram mandado de segurança contra a decisão da reitoria de suspender as eleições, no entanto, obtiveram uma negativa. O juiz entendeu que a decisão da reitoria era acertada, pois, durante as campanhas, teria ocorrido, segundo as palavras do juiz — “o desvirtuamento da propaganda eleitoral que,

⁹³ Rodrigo Pato Sá Motta. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 57.

⁹⁴ Inicialmente, na UnB, a entidade de representação dos estudantes foi denominada de Diretório Universitário. A partir de 1978, passou a ser Diretório Central dos Estudantes – DCE – Livre da UnB Honestino Guimarães. A entidade não foi oficialmente reconhecida, e o Livre em seu nome indica que eram desvinculados da reitoria e com eleições diretas. Nas legislações a respeito da representação estudantil, tanto o termo D.U. quanto D.C.E. são encontrados.

⁹⁵ AN – Anteprojeto do Estatuto do Diretório Universitário - DU. FUNDO: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília - br_dfanbsb_aa1_0_inf_0089_d0001de0001.

⁹⁶ *Idem*.

⁹⁷ Oitavo reitor da UnB, atuante desde 25/março/71 até 24/maio/76.

⁹⁸ Antonio Ramaiana de Barros Ribeiro. **UnB 1977: O início do fim**. Brasília: Paralelo 15, 2019.

fugindo dos seus objetivos classistas, enfocou temas políticos contestatórios da ordem jurídica do Governo constituído, sem qualquer interesse eleitoral”.⁹⁹

Uma vasta documentação sobre todo o processo foi reunida pelos órgãos de segurança, que costumavam recolher toda sorte de informação para cada ocorrência investigada. Alguns documentos presentes neste "compilado" do processo são as constatações apresentadas pelos advogados da aluna Bárbara Hartz e demais colegas seus. Segundo a apuração dos advogados, as infrações indicadas tinham aspectos subjetivos de culpabilidade, sem embasamento legal plausível: “A peça apresentada como acusatória limitou-se a enumerar uma série de fatos, sem demonstrar ou indicar os dispositivos legais que teriam sido infringidos”.¹⁰⁰

Ainda segundo o documento da defesa dos alunos, declara-se que a Comissão de Investigação iniciou o interrogatório de estudantes sem que houvesse na comissão um representante do corpo discente, o que era garantido pelo então Regimento Geral da UnB, conforme o Art. 161:

§ 1º Ao aluno acusado de comportamento passível de sanção disciplinar será sempre assegurado pleno direito de defesa... A imposição das sanções de suspensão por mais de trinta dias e de exclusão far-se-á de acordo com as conclusões de inquérito administrativo a cargo de comissão designada pelo Reitor e integrada por três docentes e um aluno”.¹⁰¹

Isto demonstra a condução precária do inquérito, pois a representação estudantil passou a integrar a Comissão somente quando muitos alunos já haviam sido interpelados.

A defesa dos estudantes também argumentou que os estes não haviam cometido infrações, alegando que a manifestação de ideias, assim como a crítica à legislação vigente, não constituía prática ilegal. Para corroborar o argumento, elencaram posicionamentos de governistas e não governistas com críticas semelhantes às dos estudantes, sem que tivessem sofrido sanção: "Seriam esses os eventuais crimes? Encontrar-se-iam então, nesse caso, o próprio Presidente da Câmara dos Deputados e o líder do Governo? Estariam eles "contestando" a ordem vigente? Como se vê, questão de opinião..."¹⁰²

⁹⁹ AN – Infringências na legislação das atividades estudantis na UnB - Relatório da Comissão de Inquérito - vol. II. FUNDO: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília - br_dfanbsb_aa1_0_ajd_0039_d0001de0001. p. 51.

¹⁰⁰ *Idem.* p. 17.

¹⁰¹ *Idem.* p. 18.

¹⁰² AN – Infringências na legislação das atividades estudantis na UnB - Relatório da Comissão de Inquérito - vol. II. FUNDO: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília - br_dfanbsb_aa1_0_ajd_0039_d0001de0001. p. 23.

A questão da "interpretação conveniente" dada a um decreto ou ao regimento da universidade pelas autoridades do regime não escapou à denúncia dos estudantes, ao mesmo tempo em que usavam da "interpretação legal conveniente" em sua defesa. Por exemplo, quando acusados de contestarem a situação brasileira, os estudantes lembraram que o próprio regimento do D.U., já aprovado pelas instâncias administrativas, estabelecia o estudo da realidade brasileira, contudo quando se propunham a pensar o Brasil, eram punidos. Em nota informativa distribuída pelo R.U. em 30/junho/1976, os discentes afirmam:

Os “autos” nos acusam de, “conscientemente”, ter desenvolvido uma campanha no sentido de contestar a “ordem vigente”, caluniar a integridade moral de administradores da UnB e de pregar uma luta contra o AI-5, contra o Decreto 477 e contra a Lei de Segurança Nacional. Porém não mencionam que, através de seu Regimento, ao DU é permitido: (letra F) “aplicar-se ao estudo da realidade brasileira, em busca de soluções democráticas para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social do Brasil” e; (letra E) “concorrer, no âmbito de suas atividades, para a observância dos direitos humanos”.¹⁰³

Nos esforços para conquistarem mais espaço e autonomia dentro da universidade, os estudantes ora avançavam o limite da lei vigente, ou seja, agindo “fora da lei”, como no caso de assembleias, protestos e passeatas sem autorização; ora dentro da lei, impetrando mandado de segurança na tentativa de garantir direitos. Neste caso, recorreram a medidas disponíveis em regimes democráticos, que, na teoria, permaneciam em funcionamento, todavia encontravam obstáculos, pois na verdade lidavam com um regime ditatorial revestido de verniz democrático. De qualquer forma, mesmo que nenhum dos dois meios garantisse sucesso, os estudantes persistiam nas tentativas.

Em 1979, a legislação nacional sobre os órgãos de representação estudantil, passou por mudanças. Foi retirada a proibição de manifestações de cunho racial e religioso (do Art. 11, do Decreto-Lei n. 228/1967). O texto que proibia a paralisação de aulas também foi retirado da lei, assim como o parágrafo único que indicava a suspensão dos diretórios nos casos de infração à lei.¹⁰⁴

Podemos verificar que, ainda que a nova legislação tenha ficado mais flexível, permaneceu a necessidade de aprovação do regimento interno dos DCEs e DAs por instâncias superiores das universidades e foi mantida a proibição para atividades de natureza político partidária.

¹⁰³ *Idem.* p. 57.

¹⁰⁴ Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979.

Ou seja, os condutores da distensão pareciam aceitar a discussão acerca do cotidiano estudantil, como no caso do funcionamento do Bandeirão no verão, o questionamento do valor da refeição, desde que o debate politizador não transcendesse "questões da alçada estudantil", ou que não questionassem a realidade brasileira, ainda que esta constasse como pauta estudantil no regimento do D.U..

3.3 A elitização do ensino superior e o jubilamento

Tema igualmente recorrente nas publicações estudantis era a elitização do ensino superior e o jubilamento, uma vez que este, na visão dos estudantes, ocorria devido às exigências incompatíveis com o trabalho dos estudantes que não podiam se dedicar exclusivamente aos estudos. No Jornal publicado pelo Diretório Universitário, os regimentos e leis que regulavam o processo eram mencionados e contestados pelo caráter autoritário e elitista, pois prejudicavam especialmente os estudantes que precisavam trabalhar e estudar.

A gravidade da questão com relação à quantidade de jubilados é evidenciada na mudança do modo de divulgação dos alunos jubilados: antes, divulgados em uma lista aberta para o público, depois passou a ser divulgado individualmente ao estudante naquela situação. Segundo o jornal, tal estratégia visava impedir que os casos fossem muito comentados, o que implicaria mobilização estudantil.

A condição de desligamento dos estudantes tinha critérios pouco definidos quando se tratava de possíveis infrações.¹⁰⁵ Somado a isso, as normas que regulavam os aspectos de matrícula e permanência na universidade eram relativamente mais rígidos quando comparado ao regimento atual.¹⁰⁶

Os estudantes compreendiam tais normas como elitistas e argumentavam que as cargas horárias estabelecidas pesavam mais sobre aqueles que não podiam dedicar-se exclusivamente aos estudos. O jornal **Grupo Oficina**, publicado em 1978, apresenta a seguinte ponderação.

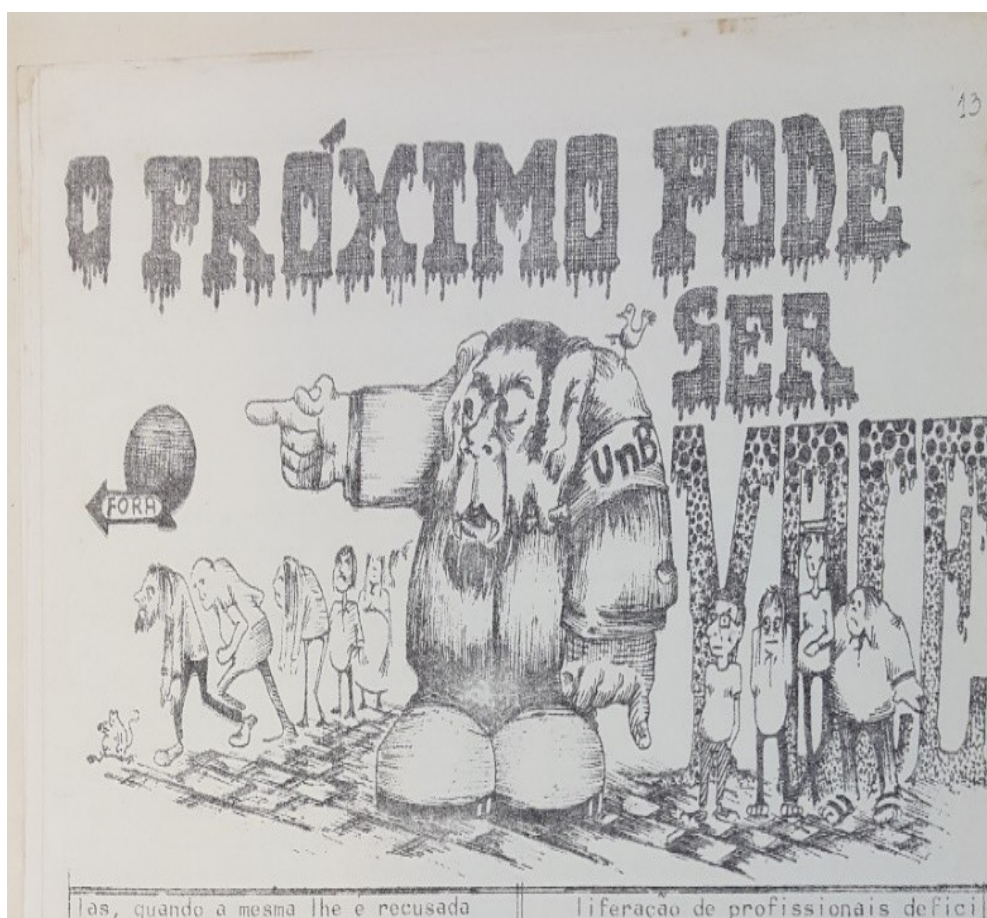
Só para se ter uma ideia da decadência da nossa universidade, no semestre passado, aproximadamente 1.000 colegas foram jubilados, a maioria por não ter conseguido cursar as quatro matérias em 1 ano que são exigidas pela Reitoria. E numa prova de Bioquímica, apenas 5% dos alunos conseguiram ser

¹⁰⁵ **DIÁRIO OFICIAL** (Seção I – Parte II) Suplemento Outubro de 1976 – Regimento Geral da Universidade de Brasília.

¹⁰⁶ Os dois regimentos estabelecem o desligamento do aluno que não cursar, com aproveitamento, 4 (quatro) disciplinas do seu curso em 2 (dois) períodos letivos regulares consecutivos, no entanto, o regimento atual acrescenta ressalva em parágrafo único para acompanhamento do estudante na determinada situação, com possibilidade de fase probatório quando compreendido justificável.

aprovados (numa turma de 250 aproximadamente). Isso tudo mostra a progressiva elitização do ensino superior, onde só os que podem se dedicar integralmente aos estudos têm chances de terminar seu curso com um bom aproveitamento, porque a maioria dos que têm que trabalhar para poder estudar, concluem aos trancos e barrancos.¹⁰⁷

O jornal publicado pelo Diretório Universitário satiriza a situação do jubilamento da UnB ao representar em charge um enorme macaco em postura autoritária, que expulsa alguns estudantes, enquanto outros observam tristes e apreensivos.



Jornal publicado pelo Diretório Estudantil. Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa 2.3.1 S/D.

Na imagem, pousado no ombro do macaco, aparece um passarinho com a mesma postura autoritária. As referências às autoridades educacionais empossadas pelo regime militar ficam claras, a saber, o reitor da UnB, José Carlos de Almeida Azevedo e o Ministro da Educação de 1969 a 1974, Jarbas Passarinho.

O reitor José Carlos Azevedo foi figura recorrente nas publicações estudantis. Em sua grande maioria, manifestava-se a insatisfação com a sua gestão. As críticas

¹⁰⁷ Jornal *Grupo Oficina*, 1978. Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa 2.3.1 S/D.

indicavam uma gestão autoritária, com decisões arbitrárias. Sua atuação na UnB começou primeiro como vice-reitor, em 1968, passando a reitor em 1976 e permanecendo no cargo até 1985. Azevedo foi oficial da marinha, formado pela Escola Naval do Rio de Janeiro. Em sua formação acadêmica, obteve mestrado e doutorado pelo Instituto de Tecnologia de Massachussetts (MIT), nos Estados Unidos.

Os primeiros anos da atuação de Azevedo como reitor deu-se durante os acontecimentos da Greve de 77. Sua condução para resolução dos conflitos foi inepta, a falta de diálogo e autoritarismo orientaram as decisões da reitoria. Os resultados da greve são espantosos:

9 estudantes cumpriram 30 dias de cadeia, cerca de 80 foram presos por 2 dias, mais de 200 foram intimados a depor, 14 estavam indiciados na Lei de Segurança Nacional, 30 estavam expulsos e 34 suspensos das atividades acadêmicas.¹⁰⁸

Para além da greve, Azevedo conduziu a universidade com mão de ferro, permitindo a entrada de policiais no campus em mais de uma ocasião e lançando mão de atos administrativos punitivos em muitas outras. As expulsões na universidade foram recorrentes durante os anos da gestão do capitão e repercutiam na imprensa, como podemos constatar nesta manchete do jornal **Correio Braziliense**:

Expulsos da UnB perdem no Tribunal

O Tribunal Federal de Recursos negou, por unanimidade, apelação em mandado de segurança, do estudante Rocine Castelo de Carvalho, representando diversos outros, expulsos da Universidade de Brasília pelo reitor José Carlos de Azevedo. Rocine e seus colegas pretendiam a reintegração à UnB, alegando que foram expulsos sob falsas alegações, mas ontem o TRF negou provimento à apelação. A comunicação foi feita, ontem, ao reitor José Carlos Azevedo, pelo presidente do Tribunal, ministro José Neri da Silveira, em ofício. Sobre o caso, o reitor Azevedo afirmou que, agora, qualquer decisão compete única e exclusivamente ao ministro Eduardo Portella, da Educação e Cultura.¹⁰⁹

Outras vezes encontramos nos jornais de Brasília menções mais positivas a Azevedo, como a de atribuir à sua gestão inovações tecnológicas para a UnB¹¹⁰, no

¹⁰⁸ Antonio Ramaiana de Barros Ribeiro. **UnB 1977: O início do fim**. Brasília: Paralelo 15, 2019. P. 160.

¹⁰⁹ Hemeroteca Digital Brasileira UF: DF - Período: 1970 – 1979. **Correio Braziliense**, ano 1979\Edição 06134. p. 8.

¹¹⁰ Hemeroteca Digital Brasileira UF: DF - Período: 1970 – 1979. **Correio Braziliense**, ano 1977\Edição 05268.

entanto, com relação ao capital humano e investimento na área das ciências humanas encontramos críticas.¹¹¹ Também no **Correio Braziliense**:

O Reitor Azevedo refuta todas as críticas que lhe fazem responsabilizando-o diretamente pelo esvaziamento da Universidade, apresentando uma série de cifras estatísticas comprovando o ótimo funcionamento organogramático (isto é, burocrático) da mecânica universitária. Tudo funciona bem, equipamentos não faltam – e são dos mais sofisticados existentes no País –, todas as atividades são fiscalizadas por dois computadores da nova geração IBM, enfim, tudo funciona como numa usina. No entanto, o esvaziamento do campus é visível a olho nu. Esvaziamento não de alunos (pois entre as cifras apresentadas pelo Reitor estão as que indicam um crescente número de vagas e alunos a cada ano que passa), mas de ideia, de debates, de discussões livres, antiacadêmicas.¹¹²

A elitização do ensino superior foi de fato tema recorrente nas publicações estudantis. A questão aparece em jornais publicados nos anos finais da década de 1970 e permanece em alta durante a década de 1980. As denúncias de que tentava-se elitizar ainda mais o ensino decorriam também da veiculação de propostas para a instituição de ensino superior pago, de taxações em determinadas áreas da educação ou de diminuição de subsídios a esta.

O jornal *Vote Semear*, publicado em 1982, expõe a situação das universidades naquele início dos anos 80, relatando problemas decorrentes da crise financeira e do autoritarismo crônico.

A cada dia, diminuem as verbas destinadas à Educação, como de fato as destinadas à prestação de serviços básicos à Comunidade (saúde, transporte, habitação, etc.). Não existem verbas para o desenvolvimento da Universidade, segundo a ótica do sistema de exploração, coloca na ordem do dia a implantação do ensino pago.¹¹³

A proposta de ensino pago como solução para a crise financeira não é especificidade daquele contexto. Tal proposta tem pairado sobre estudantes de diferentes períodos, chegando aos dias atuais.¹¹⁴ Segundo Marilena Chauí, tal perspectiva recorrente de resposta a crises financeiras evidencia uma mentalidade

¹¹¹ Hemeroteca Digital Brasileira UF: DF - Período: 1970 – 1979. **Correio Braziliense**, ano 1978\Edição 05696.

¹¹² Hemeroteca Digital Brasileira UF: DF - Período: 1980 – 1989. **Correio Braziliense**, ano 1980\Edição 06292. p. 28.

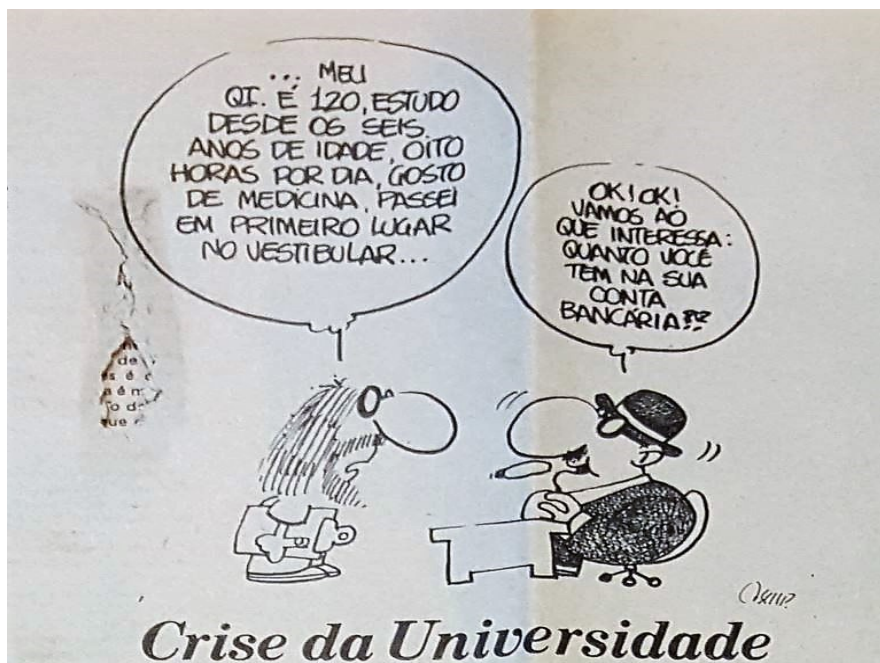
¹¹³ Jornal *Vote Semear*.... Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa 2.3.1 S/D.

¹¹⁴ Em agosto de 2020, o vice-presidente Hamilton Mourão afirmou que o país enfrenta grave crise fiscal e aponta a taxação para universitários com melhores condições como uma das medidas para solução da crise. Entrevista disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-08/mourao-universitarios-com-condicoes-deviam-pagar-por-ensino-publico>. Acesso em 08 out. 2021.

destoante da realidade brasileira, que é profundamente desigual. Essa condição não passou despercebida pelos estudantes.¹¹⁵

No jornal publicado pelo Diretório Universitário, já mencionado, em tópico intitulado “A implantação do Ensino Superior Pago, Bandeirão: o que será? À Flor da Fome”, os estudantes apontam que a privatização do ensino superior retiraria da universidade, situada em um país subdesenvolvido, seu caráter social e que a diminuição de recursos para as universidades por parte do governo recairia sobre os preços de serviços oferecidos aos estudantes, o que prejudicaria aqueles economicamente mais vulneráveis, que não conseguiriam manterem-se estudando.

Os estudantes também utilizaram o humor crítico para retratar as discussões sobre os rumos da universidade no país (imagem a seguir). Por meio da charge, provocavam a reflexão acerca dos fatos que os cercavam.¹¹⁶



Jornal *Vote Semear*.... Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa 2.3.1 S/D.

3.4 –A falta de professores e a falta de autonomia dos docentes

A falta de professores, assim como a "qualidade" destes, também esteve muito presente nas publicações. O Regimento da UnB, de 1976, trazia, em seu artigo 109º, o seguinte trecho sobre a composição do corpo docente: “[...] compreende os professores

¹¹⁵ Marilena Chauí. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (orgs). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global**. Organizado pela equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania – NEDIC. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999. p. 27-51.

¹¹⁶ Priscilla Chantal Duarte Silva. Estratégias de humor crítico na produção de charges políticas e contribuições para o ensino de gêneros textuais e discursivos. **Research, Society and Development**, v. 2, n. 2, p. 151-161, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/rsd-v2i2.33>. Acesso em 08 out. 2021.

efetivos do Quadro e os temporários: visitantes, colaboradores e auxiliares de ensino”.¹¹⁷ O artigo 42º do Estatuto da universidade também tratava do tema, estabelecendo que a “admissão como professor do Quadro far-se-á mediante concurso público de títulos ou de títulos e provas, este último aplicável apenas no caso de professor assistente.”¹¹⁸

Os estudantes da Engenharia Civil, responsáveis pelo jornal **A Tijolada**, publicado em 1979, observaram uma incoerência com relação ao estabelecido pelas normas e a condução prática de contratação de professores. Os apontamentos implicam diretamente na questão da qualidade dos professores. Os estudantes mencionam o artigo 93º do Estatuto como dispositivo que, apesar de transitório, permitia efetivação de professores para o Quadro sem que decorresse o processo de títulos e provas, ficando a critério de aprovação por comissão designada pelo reitor.¹¹⁹

Ora, todos sabemos da estrutura autoritária e concentradora de poderes da UnB, e isto não ocorre por acaso, ou seja, há todo um esquema montado para favorecer isso, e o problema do enquadramento é um dos fatores principais. [...] Na engenharia civil, como em todo departamento, existem professores da mais alta confiança do reitor que lhe informam sobre todos os acontecimentos, inclusive, sobre quais professores que podem ou não passar para o quadro.¹²⁰

Essa condição na estruturação docente da universidade afetava não só a autonomia pedagógica dos professores, como também permitia que os critérios de qualidade fossem menos rígidos conforme preferências privativas. Tal estrutura distancia-se totalmente de uma gestão democrática e republicana.

A denúncia de arbitrariedade nas contratações de professores não foi exclusiva dos estudantes, matéria publicada no **Correio Braziliense**, em 2 de maio de 1980, expõe que tal situação fez-se presente desde o início da ditadura.

A primeira crise na Universidade de Brasília começou quando o Coronel Darey Lázaro – falecido, já então general – começou a interferir na contratação de professores. Utilizando um método que Jânio tornara popular (os bilhetinhos), o Coronel passou a determinar as contratações ou demissões na Universidade. Inconformados, quinze professores (entre os quais o fundador Pompeu de

¹¹⁷ DIÁRIO OFICIAL (Seção I – Parte II). Suplemento Outubro de 1976 - Regimento Geral da Universidade de Brasília. p. 15.

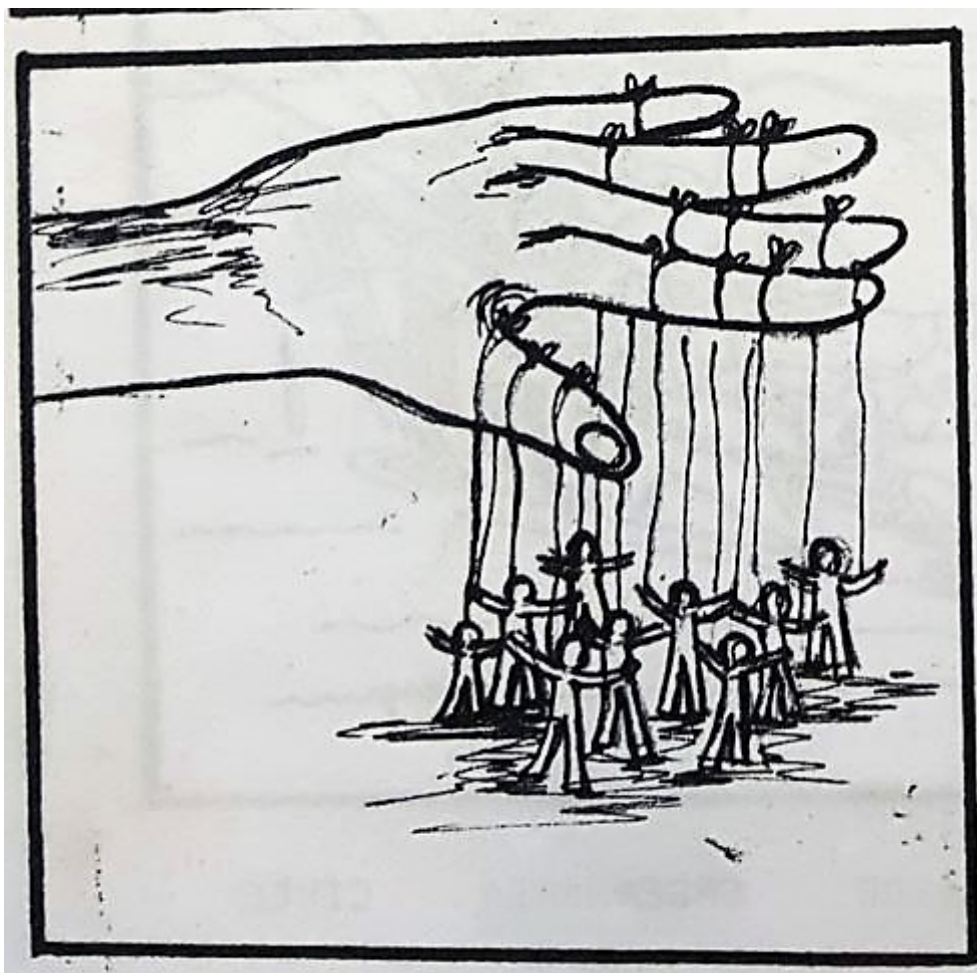
¹¹⁸ DIÁRIO OFICIAL (Seção I – Parte I). Terça-feira, 13 de Abril de 1976 – Estatuto da Universidade de Brasília. p. 4755.

¹¹⁹ Art. 93. – Até 31 de dezembro de 1980, os diplomas de Mestre e Doutor, exigidos para admissão ao Quadro da Universidade, poderão ser substituídos por título de qualificação equivalente, a critério do Conselho de Ensino e Pesquisa.

¹²⁰ Jornal **A Tijolada**. Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa C.A. Engenharia Civil 800.

Souza) pediram demissão. O resto da história todo mundo conhece: 210 se solidarizaram e aconteceu a maior lise jamais efetuada numa instituição de ensino superior no mundo – desde que Cromwell fechou Oxford.¹²¹

A perspectiva de um corpo docente sem voz e arbitrariamente controlado aparece na charge a seguir que acompanha a matéria sobre a questão dos professores.



Jornal A Tijolada. Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa C.A. da Engenharia Civil 800.

3.5 – As questões política e econômica do país

As questões políticas e econômicas de âmbito nacional também eram temáticas frequentes nas publicações estudantis. Apontava-se a incompetência por parte dos principais responsáveis pela condução da economia. A partir de 1980, as críticas passam a ser mais audazes, com menção aos nomes das autoridades a quem se atribuía a má gestão.

¹²¹ Hemeroteca Digital Brasileira UF: DF - Período: 1980-1989. **Correio Braziliense**, ano 1980\ Edição 06292. p. 28.

De fato, o cenário econômico da distensão apresenta mais aspectos negativos do que positivos. Os responsáveis pela nova conjuntura econômica se dividem em agentes internos e externos, com a crise afetando diferentes setores da economia brasileira, como constata Monica Piccolo.

Predominava, então, a avaliação de que o país passava por uma profunda crise em várias instâncias, como no sistema monetário internacional, energético, produção de matérias primas, comércio exterior e, principalmente, econômico, em função do quadro de inflação epidêmica. Esse contexto de crise – agravado pelo primeiro choque do petróleo que acentuou a tendência ao desequilíbrio no balanço de pagamento e reduziu os níveis de exportação em função da política recessiva adotada pelos países industrializados – em muito se diferenciava do período anterior.¹²²

A condução da crise econômica pelo governo Figueiredo – com o ministro do planejamento, Delfim Neto, a frente dos trabalhos – seguiu rumo ao endividamento externo, em uma espécie de tentativa de retomada do “Milagre Econômico”.¹²³

No jornal **Todos Juntos...**, publicado em 1982, os estudantes apontam para a imprescindível retomada à democracia e para a formulação de política econômica independente, com investimento interno e solução para a dívida externa. A charge que acompanha as ponderações dos estudantes revela a avaliação dos estudantes de que o país tinha condução entreguista ao capital externo (veja imagem a seguir).¹²⁴



Jornal *Todos Juntos...*. Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa 2.3.1 S/D.

No jornal **Manifesto Viração**, publicado provavelmente em 1982, encontramos críticas ao governo representadas nas figuras dos ministros Delfim Netto, Ernane

¹²² Monica Piccolo. Política econômica em tempos de transição política: em busca do “milagre perdido”. In: MARTINS, Mônica de Souza Nunes; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (orgs.). **Política econômica nos anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 262.

¹²³ *Idem.*

¹²⁴ Jornal **Todos Juntos...**. Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa 2.3.1 S/D.

Galvêas e Carlos Langoni. Os estudantes afirmam que estes direcionavam a política econômica sob a ótica do capital monopolista internacional, sendo a ida do governo ao FMI compreendida como negativa, com consequências de arrocho salarial, que pesava sobre os trabalhadores, e cortes nas verbas, que prejudicavam as áreas de interesse social.

Atribuem as greves que o país enfrentava também à gestão militar. Segundo os estudantes, a política do regime beneficiara os grandes monopólios nacionais e estrangeiros em detrimento das necessidades essenciais do povo. Com relação à educação, percebiam a redução do orçamento e da suplementação de verbas para as universidades federais como consequência de uma política entreguista e dependente do capital externo. Vislumbravam, nos movimentos sociais, em especial, no estudantil, a saída para as questões levantadas.¹²⁵

O Movimento Estudantil Nacional adquire, neste contexto, uma importância fundamental na luta pela reestruturação da Universidade e pela resolução dos problemas da Nação em geral, tendo em vista que os estudantes sempre foram uma parcela da sociedade sensível às lutas populares e sociais, aparecendo, assim, como parte componente das forças progressistas, juntamente com a classe operária – vanguarda – e demais setores oprimidos da sociedade, que irão libertar a Nação da política de dependência externa, de descaso com o povo e da economia ditada pelo capitalismo monopolista e financeiro internacional.¹²⁶

Outra temática frequente nas publicações estudantis foi a discussão sobre o projeto da Lei de Anistia,¹²⁷ em voga no ano de 1979. Apesar do tema ter sido debatido em sociedade, o projeto, elaborado pela equipe do então presidente, João Baptista Figueiredo, foi discutido no Congresso Nacional por um curto período, sendo aprovado em 28 de agosto de 1979. Um panfleto de autoria dos estudantes, de 22 de julho de 1979, contestava as proposições governistas, afirmando que estes beneficiariam somente os torturadores. Requeriam Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e, em função de concretizar tal objetivo, convocaram uma greve de fome.

Projeto que não garante o direito de plena liberdade de organização partidária, que não abre as portas dos cárceres, que exclui os operários demitidos pela CLT, os estudantes atingidos pelo 477, que exige dos opositores anistiados toda sorte de vexames e humilhações para que possam ser readmitidos em seus

¹²⁵ Jornal **Manifesto Viração**. Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa 2.3.1 S/D.

¹²⁶ *Idem*.

¹²⁷ Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979.

cargos e funções. Projeto que comete contra nós, presos políticos, toda sorte de aberrações jurídicas e injustiças, nos excluindo pelo fato de termos sido condenados por leis discriminatórias e tribunais de exceção.¹²⁸

Eventualmente, os estudantes conquistaram alterações na Lei da Anistia que reparavam arbitrariedades sofridas por estes durante os anos de ditadura. A lei passou a ser regulada pelo Decreto n. 84.143, de 31 de outubro de 1979, que tratava em seu artigo 20¹²⁹ sobre a situação dos estudantes.

Todavia, nem sempre as conquistas das legislações foram aplicadas na prática. Matéria publicada no **Correio Braziliense**, em 14 de maio de 1980, evidencia a negligência para com os anseios dos estudantes contemplados pela anistia. Sob a manchete, *MEC não intervém por anistiados*, o jornal expôs posicionamento do governo.

Para o Ministério da Educação e Cultura, o assunto de reintegração dos estudantes anistiados da Universidade de Brasília é de competência única e exclusiva da Universidade, um problema de economia interna. Não haverá, portanto, qualquer resposta do MEC ao terceiro pedido do reitor José Carlos Azevedo desta vez quanto a um posicionamento do Ministério'.¹³⁰

3.6 – A indignação acerca da recondução de Azevedo

A estadia do capitão foi longa, ultrapassando os limites estabelecidos em lei. A questão estava regulada pelo Artigo 1º da Lei n. 6420, de 1977,¹³¹ que estabelecia período de 4 anos para mandato de reitor, proibida a recondução. A volta ao cargo foi possível devido ao decreto do presidente Figueiredo de 22 de maio de 1980. A publicação no Diário Oficial tinha a seguinte redação:

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 1º da Lei nº 6.733¹³², de 4 de dezembro de 1979, resolve nomear o professor José Carlos de Almeida Azevedo para exercer, em comissão, o cargo de Reitor da Universidade de Brasília.¹³³

¹²⁸ **Dos Presos Políticos em Greve de Fome ao Povo Brasileiro**. Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa 2.2.2/1975, 79, 80.

¹²⁹ Art. 20. Os dirigentes dos estabelecimentos de ensino de qualquer grau promoverão, independentemente de requerimento dos interessados, o cancelamento de quaisquer anotações referentes a punições disciplinares impostas a estudantes no período a que alude o artigo 1º deste Decreto.

¹³⁰ Hemeroteca Digital Brasileira UF: DF - Período: 1980 – 1989. **Correio Braziliense**, ano 1980\ Edição 06304. Capa.

¹³¹ A Lei n. 6.420, de 1977, alterava a redação do artigo 16º da Lei n. 5.540 de 1968.

¹³² Art. 1º Serão livremente escolhidos e nomeados, em comissão, pelo Presidente da República os dirigentes das fundações instituídas ou mantidas pela União, qualquer que seja sua natureza ou finalidade e sem prejuízo de sua autonomia administrativa e financeira.

¹³³ Lei n. 6.733, de 4 de dezembro de 1979.

A recondução de Azevedo desconsiderou a Lei n. 6420 de 1977, que regulava a escolha de reitores para instituições de ensino superior mantidas pela União e, em seu artigo 1º, parágrafo 2º, vedava a recondução ao mesmo cargo.

No primeiro semestre de 1980, houve grande expectativa na UnB durante o processo para a escolha do reitor que comandaria a nova gestão (1980-1984). O anseio da comunidade universitária era que Azevedo não retomasse o cargo, no entanto, como sabemos, isso não se concretizou. Repórter do **Correio Braziliense**, Marcílio Faria, entrevistou os estudantes da UnB sobre a escolha do novo reitor e sobre a gestão do reitor Azevedo. Muitos estudantes não quiseram falar seus nomes antes de saber quem seria o novo reitor, queriam ter certeza de que não seria Azevedo.

Nos rostos, nas conversas de grupinhos, porém, o assunto é um só: a manhã do dia 24 [de maio de 1980] quando, teoricamente, se saberá o nome do novo reitor da Universidade de Brasília. Todos esperam – como num poema grego. E não dão seus nomes – pois sentem, no fundo, muito medo.

A resposta de um estudante não identificado evidencia o clima de medo que pairava na universidade.

[...] – Sucessão do Reitor? Para o jornal? Entrevista? Só se for sem nome. Eu não confio em dar meu nome sem saber com certeza se o homem sai mesmo, como se anda dizendo, ou se fica. Os professores, você tá sabendo, fizeram um plebiscito e deu tudo a favor da saída dele.

Dois anos após a recondução de Azevedo ao cargo, o clima de insatisfação permanecia entre os estudantes e o anseio por novos tempos se intensificava. O jornal **Manifesto Viração**, publicado em 1982, carregava no nome o espírito do período. O próprio título compõe uma charge de crítica ao então reitor (veja imagem a seguir).



Jornal **Manifesto Viração**. Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa 2.3.1 S/D.

Na década de 1980, as pautas estudantis direcionaram-se para a organização das entidades de representação dos estudantes e para a redemocratização da universidade. Informativo da chapa Reconstrução, publicado em 1984, tratava das eleições para o DCE-Livre do ano corrente e ressaltava o processo de sucessão da reitoria que viria a ocorrer no ano seguinte.¹³⁴

Após tantos anos sob uma gestão autoritária, o processo eleitoral para escolha do novo reitor, realizado no ano de 1984, transcorreu entre avanços e retrocessos. Essa característica evidencia os meandros da distensão ainda em seus anos finais.¹³⁵

Cristovam Buarque¹³⁶ foi eleito pela comunidade universitária durante as eleições de 1984,¹³⁷ no entanto seu nome foi vetado pelo presidente Figueiredo, que indicou Geraldo Ávila no lugar. A nomeação de Ávila provocou forte insatisfação na comunidade acadêmica, que paralisou as atividades no início de 1985. Ávila renunciou ao cargo e a reitoria foi comandada interinamente pelo vice-reitor Luís Otávio Sousa Carmo. Novas eleições foram realizadas no ano de 1985 e novamente Buarque foi eleito, dessa vez, com a nomeação efetivada pelo então presidente José Sarney.¹³⁸

Quanto às eleições para o DCE-Livre, algumas publicações expuseram um esvaziamento do processo eleitoral, indicando baixa participação de estudantes. Essa condição pode ser compreendida como reflexo das investidas autoritárias contra a

¹³⁴ Informativo da chapa Reconstrução. Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa 2.3.1 S/D.

¹³⁵ Admário Luiz de Almeida. **Cristovam Buarque e a UnB: a (re) definição do papel social da universidade (1985-1989)**. 2005. 245 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

¹³⁶ Décimo segundo reitor da UnB, atuante desde 26/julho/85 a 15/agosto/89.

¹³⁷ As eleições não eram instituídas formalmente, mas foram realizadas como manifestação da vontade da comunidade acadêmica.

¹³⁸ Verbete *on line* "Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque". **Dicionário Histórico**, *op cit*.

comunidade acadêmica ao longo dos anos de regime. Os estudantes constatarem tal questão em panfleto publicado em 1984 que pedia o adiamento das eleições em decorrência da falta de quórum.

[...] o risco mais grave é que frente a este quadro os estudantes não se sintam motivados a comparecerem às urnas e a eleição não alcance o quórum. Será o atestado de óbito de um DCE já moribundo e que precisa ser reconstruído. [...] Não é por outra razão que o Capitão Azevedo, antevendo o esvaziamento destas eleições, dá sua “contribuição” orientando a SPP para retirar a propaganda eleitoral.¹³⁹

No âmbito nacional, as reflexões publicadas no jornal **Todos Juntos...**, em 1982, representam o espírito do período. A partir daquele momento, a luta democrática ganharia contornos cada vez mais radicais e nesse seguimento, a mobilização de diferentes setores de massa tornava-se imprescindível.

[...] a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a legalização da UNE, a legalização de todos os partidos políticos, a luta por uma constituinte livre e soberana, o fim da Lei de Segurança Nacional e da Lei de Greve e o aumento das prerrogativas do congresso são os caminhos para consolidar a democracia.¹⁴⁰

¹³⁹ **ASSIM NÃO DÁ!! PELO ADIAMENTO DAS ELEIÇÕES.** Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa 2.3.1 S/D.

¹⁴⁰ Jornal **Todos Juntos....** Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa 2.3.1 S/D.

Considerações finais

Ao longo do trabalho procuramos evidenciar o intenso grau de conflito e tensão do processo de distensão política da ditadura de 64. De parte a parte, a opressora e a oprimida, havia a preocupação do controle quanto ao avanço do processo, cuidando de saber quanto avançar a fim de não experimentar um retrocesso no alcance de seus objetivos. O regime militar preocupava-se com quando e até que ponto liberar; os discentes, até quanto se poderia ousar.

Os estudantes, o primeiro grupo social a voltar às mobilizações públicas de repúdio ao regime após os duros anos de repressão militar, se depararam com sucessivas idas e vindas da anunciada "Abertura".

No caso da UnB, observamos que a retomada das pressões por mais liberdade de expressão no campus, funcionamento do restaurante universitário, preço das refeições, deram resultados que pareciam acenar para o avanço, mas ao protestar contra o fechamento do Congresso Nacional, em 1977, a repressão se fez dura como em 1968, com invasão do campus, violências, prisões em massa, fichamento e intimidação dos estudantes.

Evidências de que o regime estava disposto a aceitar contestações da "alçada estudantil", ou, da vida universitária, mas não das leis autoritárias, da economia, do "mando" da política.

Quanto à proposta de afrouxamento do regime, não observamos um relaxamento da vigilância e da censura. A documentação do fundo ASI mostrou que os órgãos de "inteligência", na verdade, de espionagem, continuaram a monitorar professores, alunos ou qualquer servidor relacionado à educação, durante a distensão.

Ficou evidente o quanto o regime se preocupava com a oposição das universidades e com o controle dos estudantes, ao submeter as eleições discentes a conselhos superiores, ao censurar chapas e, ainda, particularmente, a vigiar de perto as publicações estudantis, censurando/limitando o que poderia ser divulgado.

Apesar de ainda vigiados e muitas vezes reprimidos, os estudantes insistiram em encontrar brechas e fazer reivindicações e denúncias. Nos esforços para conquistar mais espaço e autonomia dentro da universidade, ora extrapolavam o limite da lei vigente, ou seja, agindo "fora da lei", como no caso de assembleias, protestos e passeatas sem

autorização; ora dentro da lei, impetrando mandado de segurança na tentativa de garantir direitos.

A representação estudantil era objetivo fulcral para a atuação discente, pois a partir da organização dos diretórios, sua entidade política, é que planejavam as mobilizações, as publicações e as articulações entre outras entidades do país.

Vimos atuações de protestos como passeatas à reitoria, paralisações, greves, carta-denúncia, boicotes e um grande esforço para publicizar as condições internas do ambiente acadêmico na UnB: a falta de professores e de autonomia dos mesmos, a contratação de docentes que acatassem as condições de subordinação ao regime, muitas vezes sem a qualificação demandada para o cargo, o grande número de jubilações de alunos, visto pelos estudantes como perseguição a líderes políticos ou injustos porque incompatíveis com a necessidade de trabalho.

Além da luta pela liberdade na universidade os estudantes contribuíram no movimento de pressão para a redemocratização do país, divulgando os debates nacionais daquele momento como a crise econômica, a dívida externa, participaram das campanhas pela Anistia, pela constitucionalização, pela eleição direta para o próximo presidente civil.

Podemos assim concluir que, honrando a história da Universidade de Brasília, que nasceu para ser democrática, voltada ao desenvolvimento nacional e à justiça social, os estudantes da UnB manifestaram a indignação e repúdio ao autoritarismo, demonstrando grande capacidade de resistência. Seus protestos deram muita visibilidade às arbitrariedades do regime; souberam aproveitar, como integrantes da UnB, sua posição de prestígio, seu espaço geográfico e simbólico na política nacional.

Fontes

Publicação do Diretório Universitário. Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa 2.3.1 S/D.

Jornal **Todos Juntos....** Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa 2.3.1 S/D.

Jornal **Grupo Oficina**, 1978. Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa 2.3.1 S/D.

Jornal **Vote Semear....** Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa 2.3.1 S/D.

Jornal **A Tijolada**. Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa C.A. Engenharia Civil 800.

Jornal **Manifesto Viração**. Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa 2.3.1 S/D.

Panfleto "**Dos Presos Políticos em Greve de Fome ao Povo Brasileiro**". Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa 2.2.2/1975, 79, 80

SIM NÃO DÁ!! PELO ADIAMENTO DAS ELEIÇÕES. Arquivo da UnB, Caixa PROMEMEU 47, Camisa 2.3.1 S/D.

BR DFUNB FOTOGRAFICO-1A5-00029_03. Título: 00029_03. Universidade de Brasília. Arquivo Central. AtoM UnB. Disponível em: <https://atom.unb.br/index.php/00029-03>.

Fotos de Adonai Rocha, ex-aluno da Universidade de Brasília. Disponível em: <http://dossiedebrasil.blogspot.com/2011/06/imagens-de-uma-universidade-resistente.html>. Acesso em 28 out. 2021.

AN – Levantamento de dados biográficos - LDB. FUNDO: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília - br_dfanbsb_aa1_0_lgs_0034_d0001de0001.

AN – Pedido de busca e informação - atividade acadêmica (volume I). Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília – br_dfanbsb_aa1_0_inf_0071_d0001de0001.

AN – Pedido de busca e informação. FUNDO: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília - br_dfanbsb_aa1_0_inf_0070_d0001de0001.

AN – Anteprojeto do Estatuto do Diretório Universitário - DU. FUNDO: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília - br_dfanbsb_aa1_0_inf_0089_d0001de0001.

AN – Infringências na legislação das atividades estudantis na UnB - Relatório da Comissão de Inquérito - vol. II. FUNDO: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília - br_dfanbsb_aa1_0_ajd_0039_d0001de0001.

Hemeroteca Digital Brasileira UF: DF - Período: 1970 – 1979. **Jornal do Brasil**, ano 1977\Edição 00064.

Hemeroteca Digital Brasileira UF: DF – Período: 1970 – 1979. **Correio Braziliense**, ano 1979\Edição 06134. p. 8.

Hemeroteca Digital Brasileira UF: DF - Período: 1970 – 1979. **Correio Braziliense**, ano 1977\Edição 05268.

Hemeroteca Digital Brasileira UF: DF - Período: 1970 – 1979. **Correio Braziliense**, ano 1978\Edição 05696.

Hemeroteca Digital Brasileira UF: DF - Período: 1980 – 1989. **Correio Braziliense**, ano 1980\Edição 06292. p. 28.

Hemeroteca Digital Brasileira UF: DF - Período: 1980 – 1989. **Correio Braziliense**, ano 1980\Edição 06304. Capa.

Lei n. 3.998, de 15 de dezembro de 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13998.htm

Lei n. 4.464, de 9 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14464.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.464%2C%20DE%209%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201964.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20os%20%C3%93rg%C3%A3os%20de%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Estudantes%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.

Decreto-Lei n. 53, de 18 de novembro de 1966. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-53-18-novembro-1966-373396-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Fixa%20princ%C3%ADpios%20e%20normas%20de,federais%20e%20d%C3%A1%20outras%20providencias.&text=I%20%2D%20Cada%20unidade%20universit%C3%A1ria%20%2D%20Faculdade,no%20seu%20campo%20de%20estudos>.

Decreto-Lei n. 252, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-252-28-fevereiro-1967-376151-publicacaooriginal-1-pe.html>

Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.540%2C%20DE%2028%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201968.&text=Revogada%20pela%20Lei%20n%C2%BA%209.394,lei%20n%C2%BA%20618%2C%20de%201969.&text=Fixa%20normas%20de%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20e,m%C3%A9dia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.

Decreto-Lei n. 228, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0228.htm

Decreto-Lei n. 477, de 26 de fevereiro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0477.htm

Lei n. 6.420, de 3 de junho de 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6420.htm#:~:text=LEI%20No%206.420%2C%20DE%203%20DE%20JUNHO%20DE%201977.&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%205.540,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.

Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm

Decreto n. 84.143, de 31 de outubro de 1979. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84143.htm#:~:text=DECRETO%20No%2084.143%2C%20DE,anistia%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.

Bibliografia

ALMEIDA; Maria Cecília Pedreira de. Baderneiros”, “indisciplinados”, “subversivos”: reflexões sobre a universidade como campo. In: MARI, Marcelo; ROSSINETTI, Priscila (orgs). **Ditadura, modernização conservadora e universidade: debates sobre um projeto de país**. Coleção Síntese; v. 1. Goiânia: Editora UFG, 2015. p. 99-113.

BOMENY, Helena. Universidade de Brasília: filha da utopia de reparação. In: **Sociedade e Estado**. v. 31, Número Especial Sociedade e Estado 30 anos 1986-2016. Nov. 2016 Disponível em <https://doi.org/10.1590/s0102-69922016.0spe0009>. Acesso em 12 de set. de 2021.

BRASIL. **Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília**. 2 ed. Brasília: FAC-UnB, 2016.

CANINEU, Maria Laura. Primeira condenação por crimes da ditadura no Brasil. Justiça não deveria demorar 50 anos. **Human Rights Watch**. 2021. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2021/06/22/379033>. Acesso em 23 out. 2021.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (orgs). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global**. Organizado pela equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania – NEDIC. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999. p. 27-51.

ABREU, Alzira Alves *et al* (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comite-brasileiro-pela-anistia-cba>. Acesso em: 23 out 2021.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes da cidade. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964 - ...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Descomemoração do golpe. **União Nacional dos Estudantes**. Disponível em: <https://www.une.org.br/descomemoracaodogolpe/>. Acesso em: 23, out. 2021.

FARIA, Adriano; FONTENELLE, André **Especial: Senado 74 – A eleição que abalou a ditadura**. 2014. Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/14/especial-senado-74-2013-a-eleicao-que-abalou-a-ditadura>. Acesso em 03 out. 2021.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano. O Tempo da nova república: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, V. 5. p. 27-71.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.) **O**

tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 167-205.

FREIRE, Silene de Moraes. Movimento Estudantil no Brasil: lutas passadas, desafios presentes. In: **Rhela**. Vol 11. Año 2008, pp. 131-146.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. 4. ed. Coleção Questões da Nossa Época, v. 5. São Paulo: Cortez, 2001.

KOERNER, Andrei. Um Supremo coadjuvante: A reforma judiciária da distensão ao Pacote de Abril de 1977. In: **Novos estudos CEBRAP**. São Paulo. v.37 n.01 p. 81-97. Jan-abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201800010002>. Acesso em: 10 de set de 2021.

MARTINS FILHO, José Roberto. O movimento estudantil nos anos 1960. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 183-198.

MOTTA, Rodrigo Patto. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PEREIRA, Merval. Anistia em primeira mão. **O GLOBO**. 2015. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira/post/anistia-em-primeira-mao-569110.html>. Acesso em 23 out. 2021.

PICCOLO, Monica. Política econômica em tempos de transição política: em busca do “milagre perdido”. In: MARTINS, Mônica de Souza Nunes; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (orgs.). **Política econômica nos anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 259-283.

RÉMOND René (org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 1ª ed. Francesa: 1988.

RIBEIRO, Antonio Ramaiana de Barros. **UnB 1977: O início do fim**. Brasília: Paralelo 15, 2019.

RIBEIRO, Darcy. (org.). **Universidade de Brasília: projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

RIDENTI, Marcelo. 1968: rebeliões e utopias. In: REIS FILHO, Daniel A. e Ferreira J. e ZENHA, Celeste (orgs.). **O século XX, o tempo das dúvidas**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 133-159.

RODRIGUES, Marly. **A Década de 80: Brasil – quando a multidão voltou às praças**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SALMERON, Roberto Aureliano. **A universidade interrompida**: Brasília: 1964-1965. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SAMARA, Eni M. e TUPY, Ismênia S. **História, Documento e Metodologia de Pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, V. 4. p. 243–282.

SILVA, Priscilla Chantal Duarte. Estratégias de humor crítico na produção de charges políticas e contribuições para o ensino de gêneros textuais e discursivos. **Research, Society and Development**, v. 2, n. 2, p. 151-161, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/rsd-v2i2.33>. Acesso em 08 out. 2021.

VALLE, Maria Ribeiro do. **O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968**. 1997. 203f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253288>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, **Amanda Maria Abreu de Moura**, declaro para todos os efeitos que o **Trabalho de Conclusão de Curso** intitulado **A atuação do Movimento Estudantil na UnB durante a distensão política da ditadura militar (1974-1985)** foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 08 de novembro de 2021

Amanda Maria Abreu de Moura

Amanda Maria Abreu de Moura

RG: 2907091